



**O “PASSADO NEGRO”**

**EM PIRACURUCA-PI**

**1871-1881**

**A escravidão  
sob os  
preâmbulos  
da lei**

**Cloves Tadeu Oliveira Veras**

Esta obra é escrita e fruto da pesquisa de Cloves Tadeu Oliveira Veras, natural da cidade de Parnaíba (PI).

Fez parte de seus estudos fundamentais em Piracuruca (PI), cidade foco da pesquisa.

Cursou o Ensino Médio no Seminário Menor João Paulo II de 1997 a 1999 em Parnaíba, seguindo para o Seminário Maior de Filosofia e Teologia, em Teresina (PI), de 2000 a 2003.

No ano de 2009 começou sua graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, concluindo em 2013.

É Pós-Graduado em História e Cultura Afro-brasileira e africana, também pela Universidade Estadual do Piauí, concluído em 2016.

Esta obra é resultado de sua pesquisa acerca da história da escravidão no Norte do Piauí, com um recorte para a cidade histórica e centenária de Piracuruca no contexto do século XIX.

Cloves Tadeu Oliveira Veras

O “PASSADO NEGRO” EM PIRACURUCA,  
PI, 1871-1881:

A escravidão sob os preâmbulos da lei

2013

Dedico este livro aos meus pais: Cloves e Fátima, familiares, professores e amigos.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População por Freguesia segundo o censo de 1797 .....	46
TABELA 2 – População por Freguesia de 1854 3 1856.....	47
TABELA 3 – População livre e escrava de acordo com o recenseamento de 1872 .....	65
TABELA 4 – Estatística dos Batizados dos filhos da mulher escrava com a presença de pai/mãe .....	85
TABELA 5 – Batizado dos filhos da mulher escrava no município de Piracuruca .....	87
TABELA 6 – Registro de batismo em que a madrinha é N.S. do Carmo.....	95
TABELA 7 – Apadrinhamento dos filhos da mulher escrava.....	96
Tabela 8 – Modelo da catalogação do livro de batizados.....	100

## LISTA DE FOTOS

- FOTO 1** – Capa do Livro de Registro do filho da mulher escrava..... 75
- FOTO 2** – Termo de abertura do livro de registro de batizados.....78
- FOTO 3** – Primeiro registro de batismo do filho da mulher escrava..... 84
- FOTO 4** – Registro de batizado em que os pais são denominados de escravo e preta..... 85
- FOTO 5** – Caixa do Arquivo Público onde estão documentos referentes à escravidão em Piracuruca ..... 108

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO DA ESCRavidÃO NO BRASIL E NO PIAUÍ.....</b>	<b>13</b>
1.1 Explicitação do tema .....	14
1.2 Origem do Trabalho Escravo ou Escravidão ..	15
1.3 Participação no Processo de Abolição: Contexto Geral .....	19
1.4 Retrospecto Histórico da chegada dos negros ao Brasil .....	21
1.5 Contexto historiográfico da escravidão no Piauí .....	27
<b>2. O TRABALHO ESCRAVO NO PIAUÍ: Em meio às especificidades da Região Norte – Piracuruca.....</b>	<b>36</b>
2.1 O processo de colonização em meio aos preâmbulos da escravidão .....	36
2.2 As possíveis abordagens acerca da chegada dos escravos negros ao Piauí .....	41

2.3 Fundamentação histórico-teórica no processo de formação do Piauí .....	48
2.4 Estatísticas da escravidão na Província do Piauí .....	53
2.5 Formas de trabalho escravo no Piauí – Região Norte .....	55
<b>3. A ESCRAVIDÃO EM PIRACURUCA.....</b>	<b>63</b>
3.1 Contexto social e realidade dos escravos .....	64
3.2 Os registros de batismos dos filhos da mulher escrava.....	74
3.2.1 <i>Estrutura do livro de registros de batismo ...</i>	<i>75</i>
3.2.2 <i>Conteúdo inicial do livro de batismos .....</i>	<i>77</i>
3.2.3 <i>O apadrinhamento dos batismos.....</i>	<i>92</i>
3.2.4 <i>Registros de falecimento de escravos.....</i>	<i>97</i>
3.3 Os efeitos e as notícias da Abolição da escravatura no município de Piracuruca .....	103
3.4 Piracuruca inserida no contexto nacional do “controle de escravos”.....	106
3.5 Os personagens da escravidão em Piracuruca: Histórias e Estórias. ....	109



**CONCLUSÃO..... 115**

**REFERÊNCIAS..... 118**

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como abordagem ou objeto de pesquisa a escravidão, mais especificamente, a escravidão no município de Piracuruca, Região Norte do Piauí. A escravidão foi um fato presente no processo de formação e construção do Brasil desde sua colonização no século XVI, passando pelo Império no século XIX e sofrendo ainda consequências e efeitos no final do mesmo século, correspondente ao início da República, e nos anos vindouros do século XX e porque não dizer até nos dias de hoje. As características do *ser escravo* ao longo da história e em distintas civilizações tem aspectos semelhantes, em sua essência, tratado como uma mercadoria, visto como coisa e sem os mínimos direitos humanos e de cidadania assegurados.

O referido trabalho objetiva levantar dados, informações baseadas nas mais variadas fontes possíveis acerca do processo e representatividade do regime escravocrata no município em questão. Justificando-se pela hipótese inicial da representação escrava neste município até então não tratada em minúcias, tendo em vista que a escravidão foi um fato evidente e expressivo

nessas bandas. É certo que, a escravidão não foi por aqui da forma em que se apresenta a historiografia geral, contudo, não a torna menos branda no sentido de privação da liberdade do indivíduo. Os negros escravos por estes lados ou pretos e pretas como eram denominados os cativos, prestavam serviços nas mais variadas atividades e funções desde a pecuária, a agricultura, o extrativismo até as atividades domésticas mais imagináveis possíveis.

Para tanto, foram usadas fundamentações teóricas como: BRANDÃO (1999), QUEIROZ (2008), LIMA (2005), FALCI (1995), por tratarem de uma abordagem local em relação à escravidão e a própria sociedade piauiense em suas várias dimensões do período da abordagem ou recorte temporal deste trabalho que vai de 1871 a 1881, ou seja, da promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, até os últimos registros de batismos encontrados no Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca.

A relevância desse trabalho, bem como a sua contribuição para o acréscimo na história local, visa uma melhor compreensão e conhecimento da sociedade, da cultura, da política, do cotidiano das pessoas de então e da religião, tendo em vista que

esta teve uma fundamental contribuição para a história e o povoamento da Vila da Piracuruca desde o século XVIII. Não podendo deixar de fora o apoio e a parceria da Igreja Católica ao regime escravocrata no Brasil, pois usando de suas influências e até mesmo de seus recursos doutrinários e sacramentais para colaborar com tal regime, fato que abordaremos mais sucintamente na terceira seção deste trabalho, bem como as peculiaridades locais em relação aos escravos.

Nas seções que estruturam o trabalho, divididas em três, foi destacada na primeira uma visão mais generalizada do processo escravocrata dentro do cenário nacional para que se pudesse chegar às especificidades regionais. Em seguida, na segunda seção, começamos a entrar mais diretamente nas questões regionais acerca da escravidão no Norte do Piauí, em meio a sua situação econômica, social, cultural, política e religiosa. E por fim, e exclusivamente referente à escravidão em Piracuruca, a terceira seção, a qual aborda o tema em suas peculiaridades, características e realidade local.

Os procedimentos utilizados para os resultados da pesquisa e conseqüentemente a produção da monografia baseou-se em fontes bibliográficas e historiográficas, inicialmente de

caráter geral para uma fundamentação teórica, por exemplo, numa abordagem mais clássica: FINLEY (1981) e para uma formulação baseada na Nova História Cultural e em uma história social renovada, que é o caso deste trabalho, foram utilizados VAINFAS (1997), CARDOSO (1997), REIS (2010), FLORENTINO (1993), entre outros. Posteriormente, sobretudo a partir da segunda seção e na terceira, foram utilizados também, além dos já citados anteriormente, os autores: BITENCOURT (1989) e BRITO (2003) por tratarem da história específica da cidade de Piracuruca.

Em seguida partiu-se para fontes documentais que tratassem especificamente da abordagem na devida cidade em foco. Para tanto, foram utilizadas buscas, além das referências bibliográficas sobre Piracuruca, em locais que puderam levar aos possíveis vestígios da representatividade da escravidão. Bem como, buscas documentais nos Arquivos locais como bibliotecas, fontes vivas e paroquiais, a qual foi possível fazer um levantamento contundente sobre os escravos no livro de registros dos filhos da mulher escrava, tratado de forma minuciosa na terceira seção. Foram feitas pesquisas também no Arquivo Público do Piauí, o qual há uma vasta documentação referente ao município de

Piracuruca no século XIX, entre os quais, documentos referentes à ligação do município com a escravidão local inserida nas condições impostas pelo Império para o controle, a conservação da mesma, ou pelo menos, um prolongamento da escravidão em todo o território da Nação.

## **CAPÍTULO I**

### **CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO DA ESCRavidÃO NO BRASIL E NO PIAUÍ**

O Trabalho Escravo também denominado escravidão<sup>1</sup>, escravismo<sup>2</sup>, escravagismo ou escravatura é uma prática em que um indivíduo assume direitos de propriedade sobre outro, e, em que é imposta tal condição por meio do “poder” social e pela força. Ou ainda, quando alguém toma outra pessoa como sua e se considera seu dono. Os escravos trabalham e não recebem nenhuma forma de pagamento ou direitos por seus trabalhos, a não ser, o necessário para a sua sobrevivência, e então, continuar trabalhando.

---

<sup>1</sup> Relação social caracterizada pela sujeição de um indivíduo a outro.

<sup>2</sup> Sistema econômico, político e social baseado na propriedade privada, até do próprio trabalhador, predominante no Brasil.

## 1.1 Explicitação do tema.

Na cidade de Piracuruca, região Norte do Piauí, há quem diga que a presença do trabalho escravo tenha tido pouca relevância na sua formação. Contudo, sua passagem não foi assim tão insignificante, nem tão pouco expressiva, é exatamente esse ponto que iremos abordar nesse trabalho com o título: O “passado Negro” em Piracuruca, PI, (1871-1881): A escravidão sob os preâmbulos da lei. Mas, para chegarmos a tratar especificamente desse ponto central, faz-se necessário um retrospecto da história e chegada dos negros ao Brasil até sua chegada, passagem ou permanência no Piauí e na região Norte e ainda mais especificamente na cidade de Piracuruca.

Escravizar significa reduzir o homem à condição de cativo, sinônimo de propriedade, pois ser escravo é estar sujeito a um senhor como propriedade dele. Dessa forma o homem quando escravizado, vê sua condição de pessoa comprometida, nivelada aos objetos. (BRANDÃO, 1999, p.151)



## **1.2 Origem do Trabalho Escravo ou Escravidão.**

A história humana, desde muito, presencia e testemunha a presença da escravidão ou do trabalho escravo na vida social de diferentes povos e de diferentes formas. Não se pode precisar a origem desse fato social, pesquisadores já encontraram sinais gráficos e esculpidos nas pedras e cavernas em que a captura de escravos fazia parte das expedições militares egípcias desde 2.680 a.C aproximadamente.

Falar da origem da escravidão não é algo tão concreto ou cronologicamente fácil e evidente de se identificar. Pois a origem da escravidão ou do trabalho escravo se perde no tempo e na história, aproxima-se da origem da própria civilização humana. Segundo Filen, em um determinado momento da pré-história os homens perceberam que os prisioneiros de guerra, que antes eram sacrificados em cultos religiosos poderiam ser utilizados para o trabalho e domesticados como animais; Já nas civilizações da antiguidade a escravização de pessoas era um ato constante e a situação era aceita e logo tornou-se essencial para a economia e para a sociedade de todas as civilizações antigas; Na Idade Media, com a

reestruturação da sociedade de acordo com a ordem feudal a escravidão foi substituída pela servidão, uma forma mais branda do trabalho compulsório, o que não deixou de ser uma forma de submissão.

A forma mais cruel de escravidão se deu na América, logo após o seu descobrimento (1492 – Cristovão Colombo), baseado no subjugamento de uma raça em razão da cor da pele.

No Brasil, sabemos que a origem da escravidão é oriunda da África, pelo menos é a ideia que nos vem à mente. Na verdade, começou com os nativos (índios), mas como eles não se adaptavam ao serviço sistemático imposto pelos europeus, tiveram que recorrer aos negros africanos para serem utilizados nas minas e plantações. De dia faziam tarefas costumeiras, a noite carregavam cana e lenha, fôrmãs, trituravam, purificavam e encaixotavam o açúcar.

A escravidão no Brasil foi uma instituição portuguesa, ou melhor, européia. Até mesmo bem dentro do século XIX, exploravam o tráfico negreiro os países europeus, ou mantiveram em suas colônias o

regime de trabalho escravo, instituído em lei. (NUNES, 1975, p. 207).

A escravidão teve origem com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI quando os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias<sup>3</sup> para serem utilizados como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Esses escravos eram vendidos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis e fortes valiam o dobro dos mais fracos e velhos.

Nesta primeira seção será abordada a questão historiográfica e histórica do trabalho escravo no Brasil. Este trabalho monográfico vem revelar e despertar a sociedade para a importância da figura do negro na formação e construção da sociedade brasileira como um todo. Essa contribuição para a formação do Brasil se estende por suas regiões, chegando ao Nordeste e de maneira direta ou indireta contribuiu para a história e formação das cidades, das famílias e da sociedade de modo geral. No que diz respeito ao

---

<sup>3</sup> Área situada fora da Europa, cuja economia deveria complementar a de sua metrópole. O termo aqui empregado refere-se à área portuguesa na América.

Estado do Piauí, especificamente, o negro teve uma participação ampla e extensa, pois não se tratava apenas de negros para serviços escravos voltados para a agricultura, como de costume nas outras regiões. Neste primeiro momento será abordada a historiografia da origem do trabalho escravo e do negro no Brasil

O negro não é só o trabalhador dos campos, mas também o mecânico; não só racha a lenha e vai buscar a água, mas também com a habilidade de suas mãos contribuiu para fabricar os luxos da vida civilizada. O brasileiro usa-o em todas as ocasiões e de todos os modos possíveis; desde cumprir a função de mordomo e cozinheiro até servir os propósitos de cavalo; desde fabricar vistosos berloques; a fazer roupa até executar o mais vil dos deveres servis. (SILVA, 1988, p.51).

Enquanto modo de produção, a escravidão, foi sem dúvida uma das bases da estrutura econômica, social e em alguns casos até mesmo cultural do mundo capitalista e moderno nas colônias europeias na América.

### **1.3 Participação do cativo no processo de abolição: Contexto Geral.**

Há um debate historiográfico acerca da participação do escravo no seu próprio processo de abolição, de acordo com Octavio Ianni. Uma dessas vertentes defende que é a de historiadores que afirmam ou procuram provar que a abolição foi um negócio ou uma jogada dos brancos, Pois consideram que os cativos, devido ao seu estilo de vida restrita, não tinham capacidade de se organizar para tal fim e nem de compreender a sua própria situação. Portanto, o negro teria sido um ser inerte dentro desse processo. Outros, como José Honório Rodrigues, procura mostrar que o escravo teve participação ativa no processo pela abolição em forma de fugas, assassinatos, suicídios e insurreições<sup>4</sup>.

A escassez de mão de obra para o trabalho logo se fez perceber com o fim do tráfico Atlântico de escravos. Com isso houve uma alta no preço dos cativos<sup>5</sup> no mercado, dando origem a uma política voltada para a preservação da mão de obra e a necessidade dos senhores buscarem

---

<sup>4</sup> O mesmo que rebelião.

<sup>5</sup> O mesmo que escravo.

estratégias para suprirem essa mão de obra nas fazendas. Sendo assim os senhores foram obrigados a olharem para a vida e a situação de condições dos mesmos após o fim do tráfico. Pois antes, s senhores não tinham que se preocupar com mortalidade e qualidade de vida dos escravizados.

Levando em conta a situação de então (fim do tráfico), observa-se o escravo no início da década de 1880 da seguinte maneira: *“Os escravos eram melhores tratados, melhores alimentados e mais bem cuidados, mas ele têm que trabalhar mais”*(LAERNE).

Os escravos, índios desaparecendo oficialmente, ou conseguindo se internar para novas fronteiras, devidos a vários fatores como físicos e culturais. Vieram mais negros, para desenvolver não só a criação de gado e a produção da carne charqueada no litoral, mas também para implantar o cultivo do algodão nas regiões mais úmidas, desenvolver o cultivo do fumo, de implementar a produção de açúcar mascavo e introduzir o arroz na região. (FALCI, 1995, p.36)

## **1.4 Retrospecto Histórico da chegada dos negros ao Brasil.**

Na verdade a escravidão não foi invenção dos europeus – portugueses, ela já existia na África, mas foi o tráfico mercantil liberado por Portugal e depois pelo Brasil que espalhou essa prática em escala sem precedentes no Oceano Atlântico. Como escreveu o historiador Jaime Pinsky em seu livro A escravidão no Brasil: “Perversidade extrínseca: escravos eram adquiridos pelos traficantes em trocas de mercadorias produzidas pela força de trabalho escrava”. Os escravos vinham da África, embarcados entre 200 e 600 a cada viagem. Vinham amarrados por corrente e amarrados por sexo.

Alguns estavam enfraquecidos por doenças e outros feridos e ensangüentados. Antonio disse-me que uns foram encontrados estrangulados, suas mãos agarrando um a garganta do outro, as línguas para fora de suas bocas. As vísceras de um estavam expostas e esmigalhadas. A maioria deles tinha sido pisoteado até a

morte, os mais fracos sob os pés dos mais fortes, na loucura e no tormento de sufocar pelo calor e pela multidão. Era uma cena horrorosa, vê-los passar um a um – os membros enrijecidos e retorcidos cobertos de sangue e de sujeira para serem jogados ao mar.(HILL, 2008, p. 68).

No século XIX, dos negros escravizados que vinham da Angola, 10% morriam na travessia que durava entre 35 a 50 dias até chegar ao Brasil. Quando chegavam eram postos em quarentena para evitar mais perdas ocasionadas por doenças. Depois, para causarem boa impressão eram colocados para engorda e revestidos em óleo de palma para esconder as feridas e dar vigor à pele. Faziam, ainda, exercícios, para combater possíveis atrofias musculares e artrose. Depois seguiam para os mercados de negros, por exemplo, o Valongo, na Gambão, região central do Rio de Janeiro, onde, de cabelos raspados, os velhos, jovens, mulheres e crianças eram avaliados pela clientela que verificava dentes, membros e troncos. Essa forma de descrição é bem clara no livro de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J.M. de Carvalho: O Alufá Rufino - Tráfico, Escravidão e



Liberdade no Atlântico negro (c.1822 – c.1853), 2010, o qual será abordado com mais detalhes posteriormente.

No dia 3 de setembro de 1853, Rufino José Maria foi preso em sua residência, na rua da Senzala Velha, 78, freguesia de São Pedro Gonçalves do Recife, em Pernambuco. Ele era liberto da nação nagô, como se costumava no Brasil identificar os africanos de origem ioruba que hoje habitam o sudoeste da Nigéria e parte do leste da vizinha República do Benim. Os nagôs ficaram conhecidos em todo o Brasil por uma série de revoltas que empreenderam na Bahia durante a primeira metade do século XIX. (REIS; GOMES E CARVALHO, 2012, p. 9).

Esses mercados tornaram-se um problema de saúde pública, pois atiravam cadáveres de escravos em terrenos próximos. Um juiz, em 1815, proibiu a prática e mandou aterrar a área. Hoje quase nada resta desses mercados, como afirma a historiadora Katia de Queirós Mattoso no livro Ser

escravo no Brasil “a urbanização, apoiada pela consciência culposa, destruiu esses vestígios”.

Segundo documentos do Arquivo Nacional, os negros ganhavam, ainda na África, as iniciais do traficando (gravado no corpo com ferro quente) e, ao chegarem aqui no Brasil, as letras de seus novos proprietários, e a cada vez que fossem vendidos seriam novamente marcados. Dom Manuel, rei de Portugal, foi um dos primeiros a adotar essa prática dolorosa no início do século XVI com os escravos da corte. Era comum, ainda, gravar uma cruz no peito dos que eram batizados. Para agravar ainda mais a situação, em 1741, o governador da capitania do Rio, Gomes Freire de Andrade, determinou que os escravos fugitivos, uma vez apreendidos, fossem marcados com um F e obrigados a usar um cordão feito de estacas e se fugissem uma segunda vez teriam uma das orelhas decepadas. Essas mutilações só foram extintas com o Código Criminal do Império em 1842.

Nesse contexto de miscigenação ao qual passou o Brasil, segundo o livro Trabalho Compulsório e Trabalho livre na História do Brasil, em 1872, portanto antes da abolição, pardos e mulatos livres já eram maioria, ou 42% da população: 4,2 milhões, em comparação a 1,5 milhão de escravos. Os negros se encontravam em

vastas áreas rurais e ocupavam as ruas das principais cidades.

No contexto após a abolição<sup>6</sup> surgiram tentativas de estabelecer novas relações de trabalho para esse contingente, que não era pequeno, o fim da escravidão era uma possibilidade de recomeço.

Na tentativa de recomeçar, surgiram varias entidades com o objetivo de intermediar contrato entre ex-escravos e novos patrões. Entre essas entidades encontramos o exemplo do advogado Leovigildo Figueiras que criou a Sociedade Treze de Maio. Mas, em vão, pois continuaram os favores, as obrigações e as clientelas. Fato este que não foi diferente na região do Nordeste e da região norte do Piauí, que até a primeira metade do século XX ainda era uma forma de trabalho bem expressiva, sobretudo, no meio da classe privilegiada dos centros urbanos ou das grandes e médias fazendas de gado.

A sociedade branca e privilegiada não queria e não aceitava dividir o espaço com os negros e logo tratou de esforçar-se para distanciar os negros da hierarquia social e da divisão do trabalho.

---

<sup>6</sup> Suspensão, extinção. Nesse caso refere-se ao fim da escravidão no Brasil.

O Brasil foi o país de maior e mais longa Escravidão Urbana<sup>7</sup>. Embora nas cidades o escravo tinha mais independência do que nos campos. Os escravos, mestiços, forros<sup>8</sup> e libertos circulavam fornecendo serviços e podiam ser alugados. Também conhecidos como Escravos de Aluguel<sup>9</sup>. Os acordos com os senhores também eram flexíveis: haviam escravos que recebiam apenas comida e roupa, outros, repassavam ao seu senhor uma porcentagem dos pagamentos feitos por seus clientes – eram chamados de “escravos de ganho”<sup>10</sup>. Essa modalidade de escravo e de mão-de-obra era muito comum no Piauí, sobretudo nas regiões onde se concentravam as fazendas de gado, onde os escravos também tinham a função de vaqueiros. Muitas vezes esses escravos eram contratados para capturar gados perdidos e então recebiam pagamento previamente estabelecido para essa função. Parte do ganho era entregue ao senhor proprietário daquele escravo. Havia, ainda, a possibilidade de acordos entre senhor e escravo,

---

<sup>7</sup> Utilização de escravos nas cidades com fins econômicos.

<sup>8</sup> O mesmo que alforriado, livre.

<sup>9</sup> Em que o proprietário alugava a força de trabalho do escravo, recebendo pagamento pelo uso do mesmo.

<sup>10</sup> Exploração da mão-de-obra no meio urbano. O escravo após os executar as tarefas na casa do senhor, saía às ruas para vender produtos ou seus serviços onde o ganho era repartido com o senhor.

por exemplo, quando o escravo juntava uma determinada quantia em dinheiro podia comprar a sua liberdade, mas muitas vezes esse contrato não era cumprido por parte do senhor, o que levou muitos casos a juiz, fatos também ocorridos na região.

Nos centros urbanos onde havia grande contingente de escravos como Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, a circulação destes pela cidade era muito grande e tinham certas liberdades de negócios: vendiam doces, refrescos, frutas, aves e ovos, roupas, panelas, velas, imagens de santos, porções do amor, entre outros artigos. Ou atuavam em ofícios como: barbeiros, ferreiros, quitandeiros, parteiras, doceiras, mascates, lixeiros, carregadores que levavam tudo nos ombros e nos braços, até pessoas.

## **1.5 Contexto historiográfico da escravidão no Piauí.**

A questão do negro e do trabalho escravo no Nordeste do Brasil e no Piauí tem controvérsias e é abordada pela historiografia de maneira variada. Uma das primeiras e mais tradicionais versões

historiográficas considera o escravo desnecessário e até impossível de haver existido na pecuária, atividade característica do Nordeste e, sobretudo no Piauí. Não só na pecuária<sup>11</sup>, mas em outras vertentes da economia, essa inexistência se deu em meio à face da grande quantidade de pessoas “livres” e indígenas disponíveis para a mão de obra barata nas fazendas da região, chamados de “peça de serviço”<sup>12</sup>. Essa visão ainda é reforçada por estudiosos defensores desse ponto de vista devido a dificuldade de fiscalização nesses campos. Contrária a essa primeira visão, há historiadores que não só identificam escravos trabalhando nos currais das fazendas, como consideram o fim da escravatura oficial o fator responsável pela crise econômica que a região sofreu no final do século XIX e início do XX. Outra versão, moderada, afirmam ter havido tanto o trabalho livre e escravo na região do sertão nordestino.

Na análise da historiadora Tânia Brandão (1999) a escravidão negra no Piauí é apresentada como secundária nas fazendas de gado. Isso deve-se a vida rústica no sertão, onde os trabalhos desenvolvidos pelos negros não estavam

---

<sup>11</sup> Atividade econômica de criação de gado introduzida nas capitanias hereditárias.

<sup>12</sup> Designação do índio escravizado.

diretamente ligados ao processo produtivo principal que era a pecuária, mas sim, ligados a tarefas como a fabricação de telhas, tijolos, artesanatos, trabalhos domésticos, aluguéis de serviços pelos seus senhores, como na agricultura e na construção civil. O cuidado do gado nos currais das fazendas seria realizado, predominantemente, por vaqueiros livres. Para os trabalhadores escravizados ficaria as duras e pesadas tarefas da lida nas fazendas.

A autora defende ainda que a presença de escravos nessas região tem características diferenciadas do restante do país, sendo absorvida muito mais como um status social do que como força de trabalho atuante. Isso pode-se verificar nas cidades mais antigas do Piauí onde o status social são vistos como sinônimo de poder e influencia, por exemplo, característica bem peculiar do município de Piracuruca. Apesar da referencia aos mecanismos de violência e opressão, o que não foge ao restante do país, há a existência de dois cativeiros no Piauí: o privado e o público. Para a autora, os escravos das fazendas públicas os gozavam de maiores privilégios e regalias do que nas fazendas privadas.

No Piauí, o negro teve uma forte participação na pecuária e no trabalho doméstico, onde ganha

grande destaque em meio às famílias senhoriais da região norte do Estado. Como não havia nos centros urbanos de então uma oferta de trabalho ou serviços, a peça<sup>13</sup> ou trabalho dos escravos era muito restrito ao setor doméstico. No município de Piracuruca, não era diferente, mesmo por ser uma das primeiras vilas do Piauí e possuir características semelhantes às demais. E esse é o ponto-chave desse trabalho monográfico.

De um modo geral o escravo no Piauí vivia relativamente tranqüilo, tinha mesmo vida de folgazão. Se por vezes sentia motivos para rancores pessoais, não seriam jamais para rebeliões como noutras partes. Até mesmo o mocambo foi coisa rara em nossa história. O senhor ordinariamente tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor, tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pejem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados. A pecuária apesar de baseada no latifúndio, sempre conduziu a

---

<sup>13</sup> Denominação dada ao escravo.



tendência democráticas, ao exercício da liberdade, donde, o respeito à dignidade humana. (NUNES, 1996, p.64).

A maior característica do desempenho do escravo no Piauí e conseqüentemente no município de Piracuruca foi na zona rural, nos sítios e nas fazendas do entorno dos centros urbanos. As fazendas de gado tiveram grande destaque. Em Piracuruca, essa dimensão foi muito expressiva, como veremos nos capítulos seguintes. Além do gado, que era a principal atividade, destaca-se ainda o cultivo de algumas atividades agrícolas com a cana, usada para o açúcar, a rapadura e a cachaça. Já essa segunda atividade, a agricultura, ao que consta nos registros, nas fontes do Arquivo Público do Piauí, por exemplo, não foi uma característica forte no Município de Piracuruca, a não ser, para as famílias agregadas das fazendas. Fazendas estas que pertenciam à padroeira Nossa Senhora do Carmo (mais detalhes nos capítulos seguintes), mesmo porque, essas famílias possuíam apenas uma agricultura de subsistência e de agrado, o que quer dizer que parte do cultivo era ofertado aos donos ou procuradores dessas fazendas.

No começo ou primeiro momento da história do Piauí, são identificados três tipos de escravos: o índio, o negro e o mestiço. O índio era usado na economia predatória, exercia ainda funções de guia e peça militar, tinha a incumbência de cultivar gêneros alimentícios necessários à subsistência dos sertanistas, isso era mais frequente nos arraiais<sup>14</sup>e durante o devassamento da área.

Com a instalação da pecuária, organizada de forma definitiva no Piauí surgiram as primeiras fazendas bem organizadas e com definições de trabalho e mão-de-obra bem definidas, percebe-se que, já na segunda metade do século XVII, o escravo foi utilizado de forma expressiva. E como o norte do Piauí não ficou a parte nesse fato, o escravo também se fez presente nessa região. Suas funções variavam de vaqueiro a auxiliar do mesmo, ainda havia aqueles que se dedicavam ao tratamento do gado e o cultivo do arroz, feijão, mandioca e algumas frutas consumidas nas fazendas e sítios. Nessa forma de trabalho foi observada a presença marcante do negro.

---

<sup>14</sup> Lugarejo, povoação de caráter temporário formado em função de atividades extrativistas.

Há autores que não apenas identificam cativos trabalhando nos currais, como também chegam a supervalorizar sua participação, ao considerar a eliminação da escravatura como fator responsável pelas dificuldades que a economia regional sofreu no final do século XIX e início do seguinte. Entre uma e outra dessas interpretações, encontra-se a tese mais moderada que afirma terem coexistido trabalho livre e escravo na região pastoril do sertão. (BRANDÃO, 1999, p.141).

A mulher escravizada era correspondente a quase toda a totalidade do contingente feminino da região ocupada pela pecuária, ou seja, 98,8%. A ela competiam os trabalhos domésticos, companheira e ainda alguns dos trabalhos agrícolas. A predominância da mulher escrava no Piauí ficou por conta da mulher nativa, já que correspondia a 62,5% dos habitantes no Piauí seiscentista, segundo dados do Arquivo Público em Teresina, dados estes que serão mais bem elucidados nos capítulos seguintes.

Segundo, ainda, Tanya Maria Pires Brandão, em: O Escravo na Formação Social do Piauí:

Perspectivas históricas do século XVIII, apenas três das 129 fazendas residia o vaqueiro sozinho, enquanto 48% residiam o vaqueiro e três escravos. Aí percebemos a importância do trabalho escravo e a composição social dos mesmos, isso nos primeiros séculos da formação e do Piauí (Século XVII). E ainda, o escravo do sexo masculino, a predominância é a do negro. Isso pode ser explicado pela dificuldade de adaptação do índio a certos tipos de trabalhos forçados e sistemáticos. Dessas fazendas, 109 abrigavam esse tipo de escravo.

Já no século seguinte, o XVIII, e principalmente no XIX, o Piauí apresenta alterações significativas no seu quadro demográfico, o que leva alguns pesquisadores a questionar sobre o papel do trabalho escravo. Pois verifica-se a superioridade de habitantes livres em relação a escravos. Entretanto, sem levar em conta o aspecto quantitativo, é bem evidente a presença, representação, participação e contribuição de cativos para a história do Piauí. Como nas demais regiões do Brasil, sobretudo o Brasil colônia, em que vigorou o modo de produção escravista. Fato que, já no Império<sup>15</sup>, prestes à consolidação da abolição houve inúmeras tentativas para o

---

<sup>15</sup> Conjunto de possessões portuguesas coloniais.

prolongamento da escravidão de acordo, decretos, ofícios, entre outros documentos que circulavam entre as Vilas, municípios e Províncias<sup>16</sup>na busca de apoio para que a abolição não se consolidasse. Muitos desses documentos estão dispostos nos Arquivos Municipais, mas principalmente no Arquivo Público do Estado do Piauí.

---

<sup>16</sup> Divisão territorial característica do Brasil império.

## **CAPÍTULO II**

### **O TRABALHO ESCRAVO NO PIAUÍ: Em meio às especificidades da Região Norte – Piracuruca.**

O território piauiense teve seu processo inicial de colonização, o que alguns historiadores baseados em fontes documentais ainda chamam de descoberta, em torno de 1674, e teve seu processo de povoamento das mais diversas formas oriundas das demais capitanias. Sertão de Dentro ou Sertão de Rodelas como era conhecido antes de ter a denominação de Capitania<sup>17</sup> do Piauí.

#### **2.1 O processo de Colonização em meio aos preâmbulos da escravidão.**

As fazendas de gado, fruto da Pecuária Extensiva, que definiram a forma de ocupação e distribuição dos colonizadores ao longo do Piauí

---

<sup>17</sup> Divisão territorial e administrativa estabelecida no Brasil desde o início da colonização. As primeiras eram doadas aos capitães.

primeiro foi administrado por Pernambuco, em 1715 foi administrado pela Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Em 1718 foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas só foi realmente instalada em 1758.

Segundo a historiografia local e fontes documentais a contribuição do trabalho escravo para a formação social do Piauí vem desde o início com a formação do primeiro povoado datado do final do século XVII associado a formação das primeiras fazendas, inicialmente na região da Mocha. O primeiro núcleo populacional do Piauí teve início a partir das fazendas doadas a Domingos Afonso Mafrense na condição de não serem alienadas<sup>18</sup> devendo ser construído no local uma capela, fato este muito semelhante em outras regiões ao longo do Piauí no século XVIII, como por exemplo, a edificação do templo em honra a Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca por exploradores portugueses (os irmãos Manuel e José Dantas) com a utilização da mão-de-obra escrava, fato que não está explícito documentalmente, mas, pelas características, as possibilidades são fortes. Percebe-se, assim, uma forte influência da Igreja na formação desses primeiros povoados, por exemplo, a renda dessas capelas ou igrejas devia

---

<sup>18</sup> Vendido ou repassado a outros.

ser aplicada para ajudar donzelas, viúvas e pobres e o que sobrasse deveria ser usado para adquirir novas fazendas.

A primeira fazenda de Mafrense no Piauí chamava-se Porções de Baixo. Com sua morte deixou suas fazendas para os Jesuítas<sup>19</sup>, das quais o primeiro administrador foi o Padre Manuel Costa. Em 1739 existiam cerca de 30.000 cabeças de gado, os padres exerceram grande influência na região e utilizaram a mão-de-obra de cerca de 700 pessoas escravizadas entre negros e índios.

Vários acontecimentos acarretam para a dificuldade na obtenção de fontes documentais sobre a real e expressiva presença do negro nas regiões do Piauí e nas mais diversas funções (como trataremos mais adiante), como por exemplo, por ocasião da expulsão dos Jesuítas do território do Piauí ocasionou, junto a esse fato, o desaparecimento de dados oficiais da substituição da mão-de-obra escravizada indígena pela mão-de-obra negra não somente para o trabalho na criação de gado, mas na agricultura vigente, como, por exemplo, o cultivo de algodão, fumo, arroz, necessários para a subsistência da população.

---

<sup>19</sup> Religiosos pertencentes à Companhia de Jesus. Tiveram papel relevante no processo de colonização do Brasil.



Mais uma vez, fato semelhante ocorreu nas regiões do município de Piracuruca, na região Norte. Quando por ocasião da abolição no fim do século XIX e até antes com o aumento populacional e a distribuição de tarefas entre a população mais pobre, escravos dessa citada região foram vendidos para outras regiões do Brasil onde ainda se utilizava o trabalho escravo. E devido à carência de registros da época e até mesmo a migração de descendentes torna fragilizada, em parte, a pesquisa.

Os meados do século, sobretudo as décadas de 1850 e 1860, podem ser caracterizados como uma fase de bom desempenho das exportações tanto do gado quanto do algodão, definindo-se, pois, como uma conjuntura de prosperidade para a Província. A partir da década de 1870, principalmente nos dois decênios seguintes, essa tendência se inverte, (QUEIROZ, 2006, p.19).

Embora o trabalho escravo tenha se estendido por essas bandas mesmo após a abolição e primeira metade do século XX,

principalmente nos trabalhos domésticos de serviço às famílias, ditas de elite, não há dados documentais desta fase mais recente da exploração do trabalho escravo. Até mesmo devido à ilegalidade, contudo, essas pessoas exploradas, principalmente de cor negra, sentiam-se obrigados a essas formas de trabalho em troca de sua subsistência devido à falta de oportunidades em uma sociedade conservadora, tradicional e “coroneizada” como era(é) o caso do município de Piracuruca.

Até o século XVIII, principalmente, a documentação referente aos escravos das fazendas é muito rica no Arquivo Público do Piauí, mas não há dados referentes à prestação de serviços cotidianos e da vida corriqueira das cidades e vilas. Mas, pode-se encontrar relações de escravos com discriminação de suas ocupações, idades, estado civil e sexo em cartas de administradores dirigidas ao Presidente da Província sobre a situação de saúde e condições físicas de seus cativos. Dados esses, sempre ligados a relatórios demonstrativos das fazendas. Fato este que mostra a irrelevância em que era vista o escravo como pessoa, mas apenas como algo ligado à produção e fins lucrativos, ou seja, uma mercadoria.

## 2.2 As possíveis abordagens acerca da chegada do escravo negro ao Piauí.

Piauí ou “Certão do Piauguhy” como chamavam os colonos ou exploradores que por aqui chegavam, nos relatos de antigos documentos de expedições militares vindas do Maranhão (início do século XVII), ou jesuítas vindos da Ibiapaba (primeira metade do século XVII), sertanistas da Casa da Torre (Bahia), ou bandeirantes paulistas (inclusive). Na língua dos primitivos habitantes Piauí significa: “a água onde habita o peixe piau”. Um topônimo<sup>20</sup> que designa primeiro um rio e depois Capitania.

Época em a Índia Miridan e sua tribo Acroá, do grupo pimenteira e da família linguística caraíba, habitavam o sul (...) era a época em que a Índia Maciara, do grupo tupi vagava onde hoje fica Teresina. E haviam muitas outras tribos. Dezenas, centenas dos ‘potis’, dos ‘jaicós’, dos ‘gurguéias’, dos ‘acroás’, dos ‘canindés’, tinham espaços livres para se alimentarem

---

<sup>20</sup> Nome próprio de lugar.

de mel silvestre, comerem a raiz da mandioca e lutarem ferozmente contra a submissão e escravização do branco.(BRANDÃO, 1999, p. 46).

Quando bem mais adiante, após todo o processo de politização e um conseqüente aumento populacional em terras piauienses, já no século XVIII, quando o então primeiro governador da Capitania de São José do Piauí (subordinada à Capitania do Maranhão até 1811), João Pereira Caldas percorreu a cavalo cerca de 1.800 Km, desde o norte (litoral) até o sul, fundando seis vilas e pôde contar 536 fazendas, cercada de 12.000 moradores entre livres e escravos negros. Demarcou esse território como sendo útil à Coroa Portuguesa<sup>21</sup>. Nesse contexto, sob a óptica de um censo mundano, por assim dizer, realizado pelo então governador, os índios não eram mais escravos, eram tidos como “aldeados”, ou seja, nem livres e nem escravos. Com isso, observou-se que a necessidade de povoar a Capitania do Piauí trazendo famílias portuguesas e dando lhes sesmarias<sup>22</sup>. Conseqüentemente com o

---

<sup>21</sup> Símbolo do poder real português, termo utilizado para se referir ao governo do rei português.

<sup>22</sup> Terra inculta doada ao sesmeiro, origina-se de sesmar, repartir.

povoamento da então Capitania vieram juntos os escravos para servir tais famílias nas mais diversas e variadas funções.

Embora já existam muitas e variadas pesquisas inovadoras acerca da escravidão, a utilização da mão-de-obra escrava negra, ainda há muito o que se evidenciar, pois a perda de fontes mais precisas e a escassez de dados tem prejudicado a exatidão dos fatos nas mais diversas regiões do Piauí. O que se pode analisar para a chegada dos escravos negros nestas terras é o declínio, por exemplo, das minas de ouro em Goiás, ou vieram com sesmeiros<sup>23</sup> criadores da Bahia. O fato é que, com o desaparecimento oficial dos escravos índios, por volta da segunda metade do século XVIII, ou indo para outras regiões ou fronteiras, vieram cada vez mais negros para desenvolver a criação de gado, a produção de carne charqueada com sal (abundante no Norte do Piauí especialmente no Litoral), e ainda, para a implantação do cultivo de algodão nas regiões mais úmidas, o fumo, a produção de açúcar mascavo e a introdução do arroz.

Outras observações e estudos, sobre a chegada dos escravos negros por essas bandas,

---

<sup>23</sup> Indivíduo, pessoas que recebia a doação ou carta de sesmaria.

apontam para uma questão geográfica, uma questão de localização. Pois serviu de passagem para uma rota de mercadores que, partindo da Bahia e do Pernambuco em direção ao sul do Maranhão em Aldeias Altas (atual Caxias), um importante produtor de algodão da época que se beneficiavam desse eixo.

Uma outra vertente de estudos analisa que, outra corrente de escravos se estabeleceram por aqui vindos de São Luís, subindo o rio Itapecuru e cruzando o Piauí quando o açúcar foi revitalizado com o desbaratamento da produção do Haiti e seu preço ficou mais interessante no mercado internacional. Essas rotas ou esses eixos de passagem ocasionavam a criação de uma classe local de mercadores que se estabeleceu nas passagens do Rio São Francisco e do Parnaíba servindo de intermediários e até cobrando pedágios. Documentos datados desse período mostram a compra e venda de escravos nesses eixos e inclusive a prática de um escravo que rouba outro escravo no Maranhão para vender no Piauí. Documentos mostram posses de terras (fazendas) tanto de um lado leste do Parnaíba (Piauí) como do lado Oeste, no Maranhão desde o século XVIII. Fato este que facilitava o comércio ilegal de escravos e a chegada de inúmeros destes, que não

se sabe exato de onde vinham, mas que povoavam o Piauí.

A região Norte do Piauí, no litoral, hoje município de Parnaíba, era outro forte eixo comercializador de escravos, por isso a presença deles não só no Sul do Piauí, mas também por esses lados, inclusive, passando e muitos vindos para o município de Piracuruca (fato que veremos com mais detalhes mais adiante). Esse eixo de comercialização no grande Delta do Parnaíba, onde a presença de mais de 3000 ilhas favorecia o contrabando e o comércio ilegal de escravos.

Voltando um pouco sobre a questão do primeiro Censo realizado pelo governador Pereira Caldas, ainda no século XVIII, e o incentivo ao povoamento da região cerca de 300 famílias foram enviadas para as terras piauienses. Com isso entre o primeiro Censo realizado oficialmente em 1762 e o último do século XVIII, realizado em 1797, o crescimento populacional foi enorme: passou de 12.000 para 59.000 habitantes. O que equivale a um crescimento de mais de 11% ano a ano, uma variação de cerca 391,67%. Esse significativo aumento populacional trouxe consigo também o aumento da população escrava. Com isso a Região Norte não ficou de fora.

Em seguida é apresentada uma tabela demonstrativa com as principais Freguesias<sup>24</sup> do Norte do Piauí e suas respectivas populações branca, livres e escravos de acordo com o censo de 1797.

<b>Freguesia</b>	<b>Branco</b>	<b>Preto Livres</b>	<b>Preto Escravos</b>	<b>Mulatos Livres</b>	<b>Mulatos Escravos</b>	<b>TOTAL</b>
Campo Maior	1.957	735	1.531	2.948	1.131	8.302
<b>Piracuruca</b>	<b>1.470</b>	<b>307</b>	<b>2.441</b>	<b>3.397</b>	-	<b>7.613</b>
Parnaíba	1.579	364	2.334	2.984	187	7.668

**TABELA 01:** População por Freguesias segundo o Censo da Província do Piauí em 1797. **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório do Presidente da Província.

Já o censo de 1825, dois anos após a Proclamação da Independência, século XIX, a já

---

<sup>24</sup> Distrito sob a jurisdição espiritual de um pároco, correspondente à paróquia.



então Província contava com 84.847 habitantes, dos quais 25.113 eram escravos. Reforçando que essas estatísticas não reportam a locais específicos dentro da Província do Piauí, mas a toda a região, ou seja, a escravidão era um fato generalizado no Piauí. Claro que, em regiões onde o potencial do desenvolvimento econômico estava mais acelerado a incidência de escravos era bem mais atuante. Vale ressaltar que as formas de utilização do trabalho escravo eram das mais diversas, desde o trabalho no manejo do gado até s trabalhos domésticos mais simples. Ter a posse de escravos para servir aos trabalhos domésticos era símbolo de ostentação, status e poder. Isso acontecia muito entre os municípios do extremo litoral e de Piracuruca, onde havia uma ligação familiar e de negociação muito forte devido á relativa proximidade em relação a outras regiões, onde as dificuldades de acesso eram bem mais expressivas.

<b>Freguesia</b>	<b>Livres</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	<b>1854</b>	<b>1866</b>			<b>1854</b>	<b>1866</b>
Teresina	9.997	13.733	1.823	1.668	11.820	<b>15.401</b>

<b>Piracuruca</b>	<b>7.4 34</b>	<b>3.8 70</b>	<b>409</b>	<b>441</b>	<b>7.9 24</b>	<b>4.3 11</b>
Parnaíba	8.7 04	13. 240	1.092	1.107	9.7 96	<b>14. 347</b>

**TABELA 02:** *População das respectivas Freguesias de 1854 e 1856.* **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório do residente da Província.

### **2.3 Fundamentação Histórico-teórica no processo de formação do Piauí.**

O trabalho escravo na formação e contribuição para a cultura do Nordeste brasileiro e conseqüentemente o Piauí tem sido atualmente objeto de estudo e de revisionamento dessa questão. Pois segundo alguns estudiosos do assunto, a utilização da mão-de-obra escrava não teria surtido efeito na pecuária, característica da região, tendo em vista que, a mão-de-obra escrava, sobretudo no período colonial, só teria vigorado com o comércio de nível mundial, ou seja, resultados que atendessem a demanda do comércio externo. Nas regiões coloniais que não atendessem a esses critérios a escravidão não prevaleceu. Um dos defensores dessa versão é Clóvis Moura, quando afirma que a atividade

sertaneja não teria condições de arcar com as despesas da mão-de-obra escrava, muito cara e de difícil aquisição.

Novas interpretações e estudos têm sido apresentados acerca do trabalho escravo no Piauí do período colonial e conseguinte. No que diz respeito à força de trabalho nas fazendas do Piauí novas, pesquisas e publicações fundamentadas em documentos do século XVII e XVIII encontrados, por exemplo, no cartório da cidade de Campo Maior em que a formação social e econômica do Piauí teve forte caráter escravista.

A exemplo de outras regiões do Brasil, no Piauí não foi diferente, as relações escravistas foram significativas desde o Piauí Colonial, Imperial e até mesmo no início da República a partir de 1889, sendo que a abolição havia ocorrido no ano anterior. Contudo, os efeitos da escravidão ainda perduraram nos anos e décadas seguintes. Desde o início da constituição das primeiras fazendas pastoris, a escravidão foi a base da mão-de-obra, tendo em vista que os nativos não tinham habilidades e possuíam enorme dificuldades para assimilar a forma e exploração imposta pelos colonizadores. A utilização da mão-de-obra escrava foi mantida ao longo dos séculos associada as mais

variadas formas de atividades produtivas nos campos e nas vilas.

As pesquisas e avanços acerca da escravidão no Piauí possibilitaram novos caminhos e descobertas sobre a população negra escravizada nas terras piauienses. Pesquisas estas realizadas, por exemplo, por Tânia M. Brandão, Miridan B Knox Falci, Solimar Oliveira Lima, entre outros pesquisadores mais recentes de uma linha adequada da Nova História Cultural e Social.

Tânia M. Brandão em seu livro *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*, já citado anteriormente, trabalha a escravidão no Piauí com a perspectiva de compreensão do papel e da contribuição do negro na formação e na construção do Piauí e de sua identidade, atentando para as relações de serviço nas fazendas, tanto públicas como privadas. Enquadra a figura do negro no processo de colonização do Estado e sua relação com a pecuária de então. Utilizando-se para fundamentar a sua pesquisa com documentos do Arquivo Público do Piauí, de cartórios e pesquisas bibliográficas partindo do princípio de que a escravidão tenha sido fator de extrema contribuição para a colonização do Brasil e a construção social e cultural do mesmo.

A colonização propriamente dita no território piauiense teve início na segunda metade do século XVII, quando foram concedidas as primeiras sesmarias. Até a década de 1660, aproximadamente, a região assemelhava-se a um corredor migratório. Os transeuntes estavam preocupados na busca do indígena, na descoberta de minérios e no conhecimento geográfico da área. Por essas razões nenhum interesse demonstravam em se fixarem no local. Alguns, a exemplo de Domingos Jorge Velho, chegaram a se instalar na região por um período mais longo, porém essas residências tiveram caráter temporário. (BRANDÃO, 1999, p. 47).

Solimar Oliveira Lima, sobre a formação da escravidão no Piauí, aborda, entre outros o seguinte aspecto: embora a predominância fosse masculina, a atuação e presença feminina foi marcante. Inclusive com um significativo número de meninas com menos de 12 anos, equivalendo a 36% do total de mulheres. Sendo assim, a

presença de escravizados do sexo feminino, incluindo mulheres adultas e crianças na pecuária, em serviços domésticos e outros secundários, aliviava, de certa forma, a sobrecarga sobre os homens escravizados e garantia a eles disponibilidade para a realização de outras tarefas.

Como se pode perceber na obra do referido autor: Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí – (1822 – 1871), A divisão não só social, mas sexual acontecia desde quando os escravizados eram crianças. Contudo, o trabalho das mulheres e dos homens não se limitava a trabalhos domésticos ou na agricultura e pecuária, mas exerciam várias outras funções como, por exemplo: fiandeiras, crianças roceiras sem distinção de sexo, servir às festas, na cozinha (incluindo homens), na construção (incluindo mulheres), vaqueiros e auxiliares de vaqueiros nas mais diversas categorias: oficiais, serviços, no pastoreio e tropeiros.

Outras linhas de pesquisas não tematizadas diretamente com a escravidão, mas que se associam como: Teresinha Queiroz e Odilon Nunes quando tratam da questão da economia no Piauí e seus processos de evolução.

Seguindo esta linha de contribuição para os avanços teóricos e historiográficos da escravidão no Piauí, na obra de Teresinha Queiroz: Economia Piauiense da pecuária a extrativismo, faz uma análise da pecuária, agricultura e o extrativismo do século XVIII, mesmo não tratando diretamente do tema em questão pode-se ligar à contribuição significativa do negro para tais avanços na economia local de então.

## **2.4 Estatísticas da Escravidão na Província do Piauí.**

Final do século XVII e início do XVIII, ressalta-se um aumento significativo da população (como já ressaltamos). Meados do século XVIII, contava-se em média com 4,2 pessoas para cada casa na zona urbana e os escravos representavam 1,6 para cada residência. Contudo, na zona rural a presença dos escravos apresentava-se de forma mais acentuada, com uma média de 19,1 escravos por fazenda. Na segunda metade do século XVIII (por volta de 1762), a população de escravos negros não atingia 40%, predominava a população

livre constituída de fazendeiros de grande e pequeno porte.

Já nas primeiras décadas do século XIX (1826): 90.000 habitantes da Província, em média, 60.000 eram livres e 30.000 escravos. No censo realizado em 1872, período em que já se respirava a Abolição e a República, a população escrava decresceu para 15.692. A proporção de escravos foi diminuindo, em 1871, de 163.339 habitantes, 19.013 eram escravos. Isso se deveu ao baixo índice da economia piauiense. No ano da extinção oficial do tráfico de negros, em 1850, o número de escravizados começou a cair ainda mais, devido também a algumas leis provinciais que dificultavam o tráfico e a negociação. De acordo com fontes estatísticas do Arquivo Público do Piauí.

A diminuição da população negra na Província do Piauí é bem significativa entre as freguesias entre os anos de 1797 e de 1854-1866 segundo documentos do Arquivo Público do Piauí. Nos municípios do Norte como, por exemplo, em Piracuruca em 1797, o número de brancos contava com 1.470 habitantes; pretos livres (linguagem documental da época): 307; pretos escravos: 2.441; mulatos livres: 3.397, um total de habitantes de 7.613.



Já no século XIX, no ano de 1854, o número de livres entre os Municípios de Piracuruca e Batalha contava com: 7.434; em 1866, somente em Piracuruca eram 3.870 livres. O número de escravos, em Piracuruca, em 1854 era de 409 e em 1866 441 escravos. Então, observa-se uma variação acronológica no município em questão, apesar da significativa diminuição entre os séculos XVIII e XIX.

No recenseamento de 1872, entre os municípios de Piracuruca e Pedro II, por exemplo, tinham livres: 10.042 habitantes, enquanto que os escravos eram: 952, um total de 10.994 habitantes segundo dados do Arquivo Público do Piauí.

## **2.5 As formas de trabalho escravo no Piauí - Região Norte.**

No início do processo de colonização do Piauí, como um todo, sobretudo no contexto de expansão das fazendas de gado, existiam três tipos de escravos: O índio, que exercia as funções de guia e contribuía ainda como peça militar e ainda a responsabilidade de cultivar os gêneros de subsistência, isso é claro, antes de serem

substituídos pela mão-de-obra escrava negra; Outro tipo de escravo era o negro e o mulato, tendo sido trazido por exploradores vindos de outras regiões do Brasil onde o negro era mercadoria de negócio, venda e troca. Estes, utilizados de maneira muito expressiva, segundo novas versões da historiografia, fruto de novas visões e pesquisas. Suas atribuições iam além do manejo com o gado, cultivavam gêneros alimentícios nas terras de seus senhores, como cana para a produção de açúcar, mesmo em pequena escala apenas para o consumo local, a produção de rapadura e cachaça. Cabia também a estes a confecção de diversos utensílios como: celas, arreios, fabricação de tecidos, onde se destaca o trabalho de crianças, conhecidas como fiandeiras, em especial as mulheres. Estas crianças com idade de oito anos ou até menos, dependendo da função, já eram utilizadas para a produção, ou seja, o trabalho escravo. Na sociedade piauiense, ao que se insere a piracuruquense, o escravo além de um artigo, um objeto de status e ostentação social para quem o possuía era uma força de trabalho.

A maneira como se via o escravo, o negro, na concepção da sociedade piauiense não era de forma alguma diferente da que se tinha em outras regiões. Fato este, que se estendeu, como reflexo,

até meados do século XX, onde, pessoas de origens humildes e negras serviam sem nenhuma paga às famílias da sociedade.

Para contribuir, sobre tudo, a superar a visão de um Piauí desconhecedor da escravidão, apresento a seguir um roteiro de labutas e jornadas nas Fazendas Nacionais que parece indicar que os trabalhadores escravizados no Piauí, tanto quanto em outras regiões do Brasil escravista, nasciam condenados ao trabalho. (LIMA, 2002, p.04)

Existiam no Piauí, segundo MiridanFalci, três características marcantes em meio aos escravos, a primeira era o fato de que para cada três homens livres, um era escravo. Então como negar a expressiva presença de escravos nas regiões do Piauí?; Outra, a segunda, era que havia grande numero de mestiços e a terceira dizia respeito à faixa etária, que entre os cativos era bem jovem, com uma significativa presença de mulheres, tanto de crianças como na faixa considerada produtiva: entre 20 e 50 anos.

Na região do extremo Norte do Piauí, no Litoral (Parnaíba), a presença do negro e a exploração foi significativamente expressiva, tanto na utilização pastoril<sup>25</sup>, mas sobretudo no transporte de produtos e mercadorias das mais diversas, bem como materiais utilizados na construção de casarões, igrejas e departamentos públicos. Utilização esta que se estendia às demais regiões, saindo do litoral à região sul, passando inclusive por Piracuruca (ainda Vila), para a atual capital (Teresina, ainda Vila) utilizando os meios de transportes mais rústicos – carros de boi. Não obstante aos olhos, pode-se observar grande variedade de construções do século XVIII e XIX presentes no litoral piauiense com fortes vestígios da mão escrava.

Na questão social dos séculos iniciais de formação do Piauí, em Parnaíba esse fator foi também bastante expressivo. Isso é evidenciado, por exemplo, na construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no século XVIII, paralelo à Igreja de Nossa Senhora da Graça com a finalidade de separar e evitar a presença dos negros e demais pobres nas celebrações elitizadas ocorridas na igreja matriz, hoje Catedral de N. S. da Graça.

---

<sup>25</sup> Atividade dedicada a tarefas no manejo do gado e outros rebanhos, pasto.

Entre outras construções características dessa situação de utilização da mão-de-obra escrava e status social destaca-se o Porto das Barcas e seus grandes depósitos e armazéns que evidenciam a utilização do trabalho escravo.

Nas construções, por exemplo, os negros tiveram uma contribuição significativa não só nos primeiros anos da colonização do Brasil, mas também no século XIX. Na Região Norte, tanto no Litoral, Parnaíba, quanto na nova Capital Teresina e em cidades emergentes nesse período. De acordo com Odilon Nunes acerca da construção espacial da nova Capital Teresina, os negros, vindos em sua maioria das fazendas nacionais da Província do Piauí foram os responsáveis por tais construções como: igrejas, palacetes, prédios públicos. No início de tais construções eram poucos, contudo, com o aumento da demanda fez-se necessária a mão-de-obra de carpinteiros, carregadores, pedreiros, escultores entre outras áreas. Como crescimento da nova capital surgiu a necessidade da construção de novos templos católicos. Em 1874, segundo fontes do Arquivo Público do Estado do Piauí, existiam até então apenas duas paróquias, a matriz de Nossa Senhora do Amparo próximo à praça da Bandeira e a igreja de Nossa Senhora das Dores, na praça Saraiva.

Essas construções exigiam um alto custo financeiro, a igreja do Amparo teve um custo, antes de sua conclusão já de 50.000\$000 reis, sem contar com a decoração e os adornos internos. O que serviu de experiência para a construção da igreja da Dores, onde, segundo Maria Mafalda B. Araújo em seu livro: Cotidiano e pobreza - a magia da sobrevivência em Teresina, a igreja foi iniciada em 1865 e concluída exatamente no ano em que foi sancionada a Lei 2.040, a lei do Ventre Livre, em 1871. Contudo, são ambas do Século XIX, a igreja do Amparo é datada de 1859.

A Igreja Nossa que serve de Matriz da Freguesia de N.S. das Dores nesta Capital, recente-se de certas faltas, que muito influem na majestade do culto, e que privam os fiéis daquela comunidade que devem encontrar nas festividades religiosas a assistência dos ofícios divinos. Entre outras parece-me digna da maior atenção a falta do cântico grande e assinalho do campanário de uma das torres, onde convém seja colocados os sinos que chamarão os fiéis ao cumprimento dos sagrados deveres de nossa santa religião. Nestas

circunstancias venho implorar a V. Ex. a graça de mandar orçar aquela obra, indispensável sem dúvida a uma Igreja Matriz, e autorizar sua construção pelos cofres provinciais.

Conheço o estado financeiro da Província, porém, convencido de que a quantiaa despende-se não lhe cairá maiores dificuldades, me animo por isto, a fazer V. Ex. este pedido certo de ser atendido, tal é a confiança que me inspiraram zelo e sentimento de justiça com que vai V.Ex. se distinguindo em sua administração. Apresento a V.Ex. os meus protestos de profundo respeito e verdadeira estima.

Deus guarde a V.Ex

Teresina 14 de fevereiro de 1877

Ilmo. e Ex. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista M.D. Presidente da Província.

O Vigário Cônego Thomas de Moraes Rego. (PIAUI, 1877).

A igreja de São Benedito foi também construída logo em seguida, lançada a sua pedra

fundamental em 13 de junho de 1874 e levou 12 anos para a sua conclusão, em 1886. Portanto, além de outras categorias de edificações já citadas anteriormente, houve a incontestável mão-de-obra escrava.



## CAPÍTULO III

### A ESCRAVIDÃO EM PIRACURUCA

Ao se tratar da representação da escravidão no Piauí e mais especificamente na região Norte, Município de Piracuruca, diverge da primeira impressão que se tem de escravos ou escravidão: aquele escravo negro, preto<sup>26</sup>amarrado em correntes, preso em senzalas<sup>27</sup>, submetido a constantes açoites. Contudo, a utilização dessa prática, a escravidão, foi um fato em Piracuruca, inicialmente utilizados como nas demais regiões do Piauí, ou seja, na pecuária, embora de pouca expressão em níveis econômicos, depois na agricultura, essa por sua vez, se caracteriza como de subsistência e por isso os escravos não tiveram tanta presença ou representatividade nessa área, devido à fraca economia, sobretudo na segunda metade do século XIX.

---

<sup>26</sup> Expressão usada nos registros oficiais do século XIX.

<sup>27</sup> Alojamento de escravos, local onde dormiam após um duro dia de trabalho.

A economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, ainda poderia ser definida como um domínio da pecuária. A maior parte da receita provincial derivava daquela atividade, responsável, também, pela ocupação de grande parte da população e pela dinâmica do comércio. Apesar da tendência geral, nesse século, ter sido de estacionamento e decadência. As exportações de gado e seus derivados ainda eram bastante expressivas, sendo a receita proveniente da cobrança do dízimo o item mais importante do conjunto das receitas públicas.(QUEIROZ, 2006, p.19).

### **3.1 Contexto social e realidade dos escravos.**

No que diz respeito à utilização da mão-de-obra escrava nos primórdios do povoamento de Piracuruca, ou seja, paralelo a edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo e a utilização destes na sua construção na primeira metade do século XVIII, não há fontes documentais que comprovem essa atuação. Contudo, muito provavelmente a mão-de-obra escrava tenha sido

utilizada devido à escassa mão-de-obra local e liderada por colonos portugueses, os irmãos Dantas (Manuel e José). Pois, se na capital do Estado a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, por exemplo, foi utilizada a mão-de-obra escrava posterior a construção da igreja de Piracuruca, onde, já havia em Teresina uma certa demanda da mão-de-obra, então, é possível que tenha havido trabalho escravo negro na edificação da igreja de Nossa Senhora do Carmo onde a presença de trabalhadores e até mesmo do povoamento era ainda muito precário.

<b>Freguesia</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Teresina	18.690	3.073	21.692
<b>Piracuruca e Pedro II</b>	<b>10.043</b>	<b>952</b>	<b>10.994</b>
Parnaíba	8.606	1.220	9.827

**TABELA 03:** População livre e escrava de acordo com o Recenseamento realizado em 1872. **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Piauí.

A principal característica do negro a ser tratada nesse trabalho, nessa seção, ou seja, a forma de utilização do escravo no Município de Piracuruca, principalmente às vésperas da abolição e da consolidação da República é no trabalho Escravo Doméstico<sup>28</sup>, o que não significa dizer que tenha sido uma exploração escrava branda, menos sofrida e explorada do que as demais vividas em grandes centros de utilização de mão-de-obra escrava. Do ponto de vista da privação da liberdade e de ser tratado como um objeto ou mercadoria, inclusive no tratamento em relação à sua classe: discriminados e não aceitos nos mesmos ambientes que os ricos e não escravos, nem na vida e nem na morte, não era diferente.

Os ambientes festivos, por exemplo, fossem eles religiosos, políticos, ou outros, não eram frequentados, evidentemente por negros escravos. Ao não ser para servi-los. Os únicos momentos em que se equiparava uma certa igualdade entre as classes eram nos batizados dos filhos da mulher escrava (Livro de Registro de Batismo de escravos: 1874 – 1881; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca-PI após a Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre,

---

<sup>28</sup> Cativo que trabalhava na residência senhorial, como copeiro, cozinheiro, mucama, etc.

onde por muitas vezes, provavelmente, como uma forma de vinculação, os próprios senhores eram padrinhos desses inocentes (termo utilizado nos registros de batismo ao se referir à criança).

Um outro aspecto em que percebe-se a separação social entre os escravos e as famílias da sociedade no Município de Piracuruca está presente nos sepultamentos. Onde, haviam locais destinados especificamente para sepultar escravos, pobres e outros locais para o sepultamento classe da alta sociedade.

O sepultamento de pessoas não escravas e da elite, como se sabe através de registros de óbitos eram realizados em locais privilegiados como, por exemplo, dentro da própria igreja matriz. Quando posteriormente essa prática foi extinta os sepultamentos passaram a ser realizados no Cemitério Campo da Saudade (de responsabilidade da Paróquia) a partir de 1856. Já o sepultamento de escravos era realizado fora dos locais destinados à classe social elevada.

Segundo a história contada oralmente, pois não há fontes documentais que comprovem essa afirmação, mesmo porque os registros oficiais, em relação aos escravos, seja de nascimento ou de falecimento só passaram a ser escritos na década

de 70 do século XIX com a Lei 2.040, os negros eram enterrados atrás da igreja de Nossa Senhora do Carmo (atual praça Getúlio Vargas) ou das grades para fora. Essa expressão “*grades para fora*” significava a separação, nas igrejas haviam além da porta de entrada, uma segunda porta, também de madeira, separando os primeiros metros da igreja da nave central, ou seja, onde ficam os bancos. Isso pode ser ainda encontrado em algumas igrejas como, por exemplo, a Catedral de Nossa da Graça em Parnaíba(PI), onde a separação entre negros e brancos era bem acentuada.

O fato de escravos serem sepultados fora das igrejas, ou seja, distantes do altar e até mesmo fora dos muros dos cemitérios equivale a dizer que, negros e ainda escravos estavam mais distantes do Plano Divino da Salvação. Pois, havia a crença e a prescrição de que quanto mais próximo do altar das igrejas o indivíduo fosse sepultado, mais próximo ele estaria de Deus.

As pessoas que se suicidavam, segundo a doutrina<sup>29</sup> da igreja católica (desde a Igreja Primitiva, aperfeiçoado na Idade Média e até o Concílio Vaticano II, em 1962) e a sociedade

---

<sup>29</sup> Ensino, prescrição religiosa característica da Igreja Católica.

conservadora, não alcançavam a salvação e, portanto, não recebiam as devidas honras (rituais) religiosas como: encomendação da alma e missas. Tratamento semelhante os escravos recebiam, o que significa dizer, que muito provavelmente, na concepção da igreja e da classe socialmente privilegiada: políticos, coronéis, clérigos<sup>30</sup>, senhoras, os escravos (pretos) também estavam distantes de Deus, sendo que não eram enterrados próximo aos altares das igrejas e nem em cemitérios da sociedade. Embora exista registros de sepultamento de escravos, encontrados no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca(PI), esses registros são datados a partir da década de 70 do século XIX, para ser mais exato: janeiro de 1873. Sendo que, tais registros são do falecimento de crianças, filhos de escravos. O que leva a deduzir que, ou não eram registrados os falecimentos de escravos antes da Lei do Ventre Livre (de 28 de setembro de 1871); ou sequer eram realizados rituais fúnebres a escravos.

Em relação aos locais de sepultamento entre escravos e não escravos na sociedade piracuruquense do século XIX, embora já tenha sido tratado anteriormente, cabe destacar que haviam outros locais destinados a enterrar os

---

<sup>30</sup> O mesmo que padres da igreja católica.

escravos. Além da, já mencionada, atual Praça Gutúlio Vargas, existiam, segundo a população, (não há fonte documental) um cemitério para escravos nas proximidades da atual Maternidade Municipal São Raimundo, no sentido centro da cidade para o bairro de Fátima; e ainda um outro cemitério no bairro Guarani, no sentido do Parque Nacional Sete Cidades, de nome Cruz das Almas (hoje dentro de uma propriedade particular). A simplicidade nesses locais de possível sepultamento de escravos, em relação ao cemitério da classe privilegiada, é evidenciada pela simplicidade dos túmulos e a ausência de capelas.

Possuir um escravo era visto como um status social<sup>31</sup>. As famílias que possuíam escravos eram aquelas de mais respaldo social, de nome(sobrenome) mais influentes na cidade e na região, esses são sinais “culturais” de Vestígios encontrados até hoje numa sociedade conservadora.

A cidade de Piracuruca na segunda metade do século XIX era um centro política e religioso (ambas andavam juntas) da região e por isso agregava muitos valores conservadores da época como

---

<sup>31</sup> Posição privilegiada e bem vista entre os mais ricos de um determinado lugar.



famílias que possuíam escravos para servi-las diretamente. Famílias estas socialmente, politicamente e economicamente bem sucedidas e por isso utilizavam dos serviços escravos para as necessidades do dia-a-dia. Desde os trabalhos mais simples aos mais bizarros (ao que veremos mais adiante).

As funções dos escravos eram das mais diversas, funções estas diferentes àquelas atribuídas aos escravos nas grandes fazendas de engenho de cana, o que não era o nosso caso. Segundo Jurani Machado, os pretos, como eram tratados, tinham funções como: carregadores d'água, tratadores de animais, carregadores de produtos; servindo também a seus senhores envelhecidos como cuidando de puxar pelo cabresto a montaria em que esses viajavam; Enquanto que as pretas escravas eram destinadas aos trabalhos da cozinha, de amas-de-leite<sup>32</sup>, camareiras e acompanhantes das moças sinhazinhas da época. Raras vezes as escravas eram vendidas, pois conheciam profundamente o dia-a-dia da casa e de seus senhores, sendo que estes queriam preservar seus segredos.

---

<sup>32</sup> Denominação da mulher, normalmente escrava, que amamentava outra criança que não a sua.

Além das famílias que residiam no centro da cidade, por assim dizer, Piracuruca foi elevada a categoria de cidade no dia 28 de dezembro de 1889—(quarenta e três dias após o ato da Proclamação da República), o povoamento em torno da igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, tinham aquelas (famílias) que viviam em fazendas, nos arredores do povoamento. Importante destacar que muitas dessas fazendas pertenciam a um mesmo dono, ou a uma mesma família, ou ainda, esses “donos” eram, na verdade, (em alguns casos) Procuradores da Santa<sup>33</sup>. Pois, muitas dessas fazendas eram pertencentes à igreja e administradas por Procuradores. Devido a esse e outros fatos o trabalho dos escravos por aqui serviam de apoio nessas fazendas pertencentes tanto à igreja como a Coronéis e Políticos de então. Esses escravos ao que chamo de “itinerante” viviam correndo, no real sentido da palavra, de uma fazenda a outra, ou das fazendas ao centro urbano para prestar serviços como vaqueiro, entregador de produtos como farinha, rapadura, feijão, frutas e demais alimentos, e ainda, levar recados de uma localidade a outra.

---

<sup>33</sup> Responsáveis pela administração das fazendas de propriedade da igreja.

As referidas fazendas, as quais algumas eram de propriedade da Santa (igreja) desapareceram, como sendo propriedade da igreja, ao longo do tempo e da história por motivos diversos: venda dessas propriedades pelos padres administradores da paróquia, ou seja, pela própria igreja; má administração, ou má intenção de seus procuradores que ao longo do tempo se apossaram, arrendaram ou venderam como sendo suas.

Muitas dessas famílias tinham seus escravos(as) domésticos(as) como pessoas de confiança, que moravam em suas casas (afinal de contas não tinham pra onde ir) e os serviam integralmente, inclusive na criação dos filhos dos donos. Fato este que se estendeu até a primeira metade do século XX com uma mentalidade ou justificativa que estariam ajudando essas pessoas (aos escravos) por não terem onde morar, nem pra onde ir. Um exemplo, é a escrava Júlia que criou todos os filhos do Senador Gervásio de Brito Passos.

### **3.2 Os Registros de batismos dos filhos da mulher escrava.**

Entre os vestígios, sejam documentais, construções ou casos que o povo conta, um dos mais contundentes e evidentes acerca da representatividade de escravos por essas bandas (Piracuruca – Norte do Piauí), no século XIX, são os registros ou assentos<sup>34</sup> encontrados no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca(PI), referentes a batismos de filhos de escravos ou filhos da mulher escrava (expressão utilizada nos documentos oficiais da época ao se tratar de crianças filhas de escravos)

---

<sup>34</sup> Termo utilizado ao se referir a registros oficiais de caráter religioso ou jurídico.



**FOTO 01:** Capa do Livro de Registros do filho da Mulher escrava. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca (PI).

### **3.2.1 Estrutura do livro de registros de batismo.**

A leitura dos assentos de batismo, casamento e óbito permite constatar como o uso dessas categorias muda ao longo do tempo e precisa ser cuidadosamente analisado a cada momento e em cada local, não podendo essa identificação ser

generalizada nem no tempo nem no espaço. (SOARES, 2000, p. 132).

O referido livro de registros de batismo ou de batistérios tem a semelhança “física” a um livro de ata, desses que são usados nos dias de hoje. A forma como foram registrados os batistérios são da mesma forma como são registrados ainda hoje, ou seja, em média três registros por página, separados entre uma ou duas linhas e manuscritos.

As informações em cada registro possuem a mesma estrutura: data, local de realização do batizado, filiação do inocente<sup>35</sup>, dono ou proprietário dos pais escravizados (maior frequência o nome somente da mãe/mulher escrava), padrinhos e assinatura do vigário. O livro conta com 198 registros encontrados, divididos em 25 folhas encontradas, (essa expressão *encontrados* significa dizer que o livro de registros se encontra com algumas folhas ausentes), frente e verso não numerados, nem as páginas e nem os registros. Sendo que, 04 (quatro) dos 198 (cento e noventa e oito) registros são de falecimento das referidas crianças ou dos inocentes. E ainda, no final dos 194

---

<sup>35</sup> Expressão utilizada ao se referir à criança batizada.

(cento e noventa e quatro) batistérios<sup>36</sup> há o visto do Bispo Diocesano<sup>37</sup> de então, Antônio, por ocasião de sua visita pastoral, bem como nos quatro registros de falecimento. Ambos são datados do dia 30 de setembro de 1882.

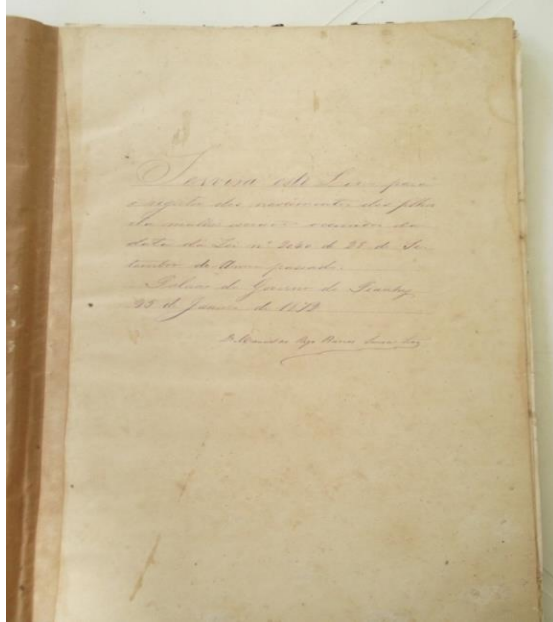
### **3.2.2 Conteúdo inicial do Livro de Batismos.**

Como todo livro de ata ou de registros devem contar com uma autenticidade para sua devida valia. No século XIX não era diferente. O mesmo aconteceu com o livro de registros utilizado para a escrituração dos batizados dos filhos da mulher escrava do Município de Piracuruca.

---

<sup>36</sup> Termo referente à escrituração do batismo, documento oficial da igreja católica.

<sup>37</sup> Administrador do território em que abrange um conjunto de paróquias.



**FOTO 02:** Termo de Abertura do Livro de Registros do filho da Mulher escrava. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca (PI).

Servirá este livro para o registro do nascimento dos filhos da mulher escrava da data da Lei 2.040 de 28 de setembro do ano passado.

Palácio do Governo do Piauí, 25 de janeiro de 1872.

Dr, Manoel do Rego Barros Sousa Leão. (LIVRO DE REGISTRO, 1872)



Este termo de abertura do livro para registrar os *filhos da mulher escrava* da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da então Vila da Piracuruca(PI) transparece claramente a parceria entre Igreja e Estado, pois, como se sabe, o Estado só veio a se desvincular da igreja e vise-versa com o ato da República em 1889.

A referida Lei 2.040, trata-se da Lei do Ventre Livre sancionada pelo Visconde do Rio Branco no dia 28 de setembro de 1871, em que considerava livres os nascidos da mulher escrava a partir de então, também com a justificativa de que em meados do próximo século, XX, todos os escravos do Brasil estariam livres.

Art. 1º Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império, desde a data desta lei, serão considerados livres.

Parágrafo 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de 8 anos completos.

Parágrafo 2º Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção ou de receber do

Estado a indenização de 600 mil-réis ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. (COSTA, 2007, p.138)

O primeiro registro de batismo de crianças filhas de escravos oriundos das diversas localidades da Vila da Piracuruca é datado de vinte e nove de agosto de mil oitocentos e setenta e quatro, sendo que, como já foi abordado anteriormente o livro teve a devida oficialidade para entrar em vigor (termo de abertura) em 25 de janeiro de 1872, ou seja, 119 dias após sancionada a Lei do Ventre Livre. Esse fato leva à constatação que houve um vácuo de mais de dois anos, para ser mais exato, dois anos, sete meses e quatro dias até a realização do primeiro registro de batizado de filhos de escravos.

Esse vácuo, já referido, entre a oficialização do livro até o registro do primeiro batizado deveu-se a algumas possibilidades: A resistência dos proprietários de escravos em batizar os filhos destes; a adequação à lei (2.040) ou até mesmo o fato de não haver o devido registro para os filhos da mulher escrava, até a data de então, mesmo com a promulgação da Lei do Ventre Livre. Ao que consta no livro do já citado Jurani Machado, Apontamentos

Históricos da Piracuruca, as notícias até chegavam por essas bandas, vindas da sede do Império ou de outros centros onde havia grande concentração de negros escravizados, contudo, chegavam, com um certo atraso, e não provocavam tanto reboliço em meio à comunidade negra local. Mesmo porque essa referida comunidade negra, local, não era tão bem organizada e os escravos se encontravam muito descentralizados, espalhados em nas diversas localidades e fazendas de Piracuruca.

Essas notícias que chegavam por aqui, às quais refiro, eram notícias tais como: rebeliões, fuga de escravos, propagandas de negociações de escravos como venda, aluguéis e entre outros. E ainda, a sanção de leis.

O primeiro batizado ou baptizado<sup>38</sup> foi realizado na fazenda Chafariz, no dia vinte e nove de agosto de mil oitocentos e setenta e quatro, sendo que o *innocente*<sup>39</sup> nasceu, segundo consta no registro do próprio livro, no dia quatro de maio do mesmo ano (1874), ou seja, três meses e vinte e cinco dias do nascimento à realização do batismo. Essa previsão de idade para a realização do

---

<sup>38</sup> Escrita gramatical da época.

<sup>39</sup> Escrita gramatical da época.

sacramento<sup>40</sup> (batismo) e a unção com os Santos Óleos, o que equivale ao Sacramento do Crisma<sup>41</sup> eram realizados ao mesmo tempo (também registrado no livro) não havia exatidão, pois esses sacramentos de iniciação à vida cristã só eram realizados nas fazendas por ocasião da visita do Vigário<sup>42</sup> da freguesia que aconteciam esporadicamente por algum tipo de conveniência ou convite do proprietário da fazenda, tendo em vista que, nessas fazendas ou localidades não havia capelas e quando havia eram particulares. Ou seja, as capelas pertenciam às famílias donas dessas fazendas e não à igreja, fato que acontece ainda hoje.

Na ocasião da visita do Vigário da Freguesia, no caso, de Nossa Senhora do Carmo, aproveitava-se para realizar os batismos e unção das crianças filhos de escravos ou não, sendo que, os livros eram separados, ou seja, eram até realizadas na mesma ocasião, contudo, os livros eram separados para que ficasse definido quem eram os filhos da

---

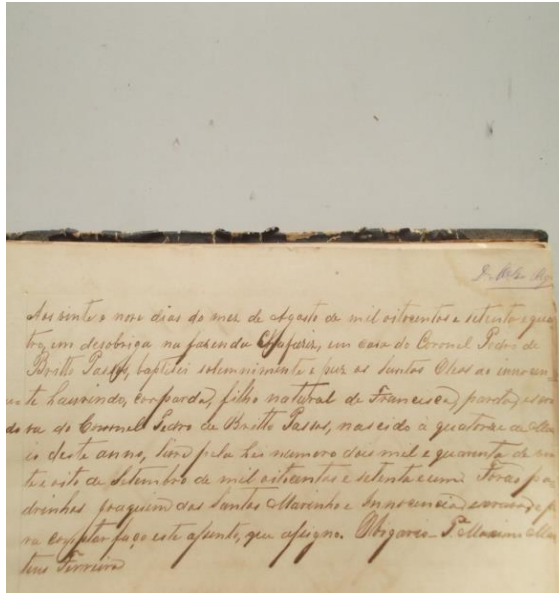
<sup>40</sup> Ritual próprio da igreja católica em que vincula a vida terrena com a divina.

<sup>41</sup> Terceiro sacramento de iniciação da vida cristã que significa confirmação na fé.

<sup>42</sup> Termo atribuído ao padre responsável por uma freguesia ou paróquia.

mulher escrava e quem eram os filhos dos não escravos.

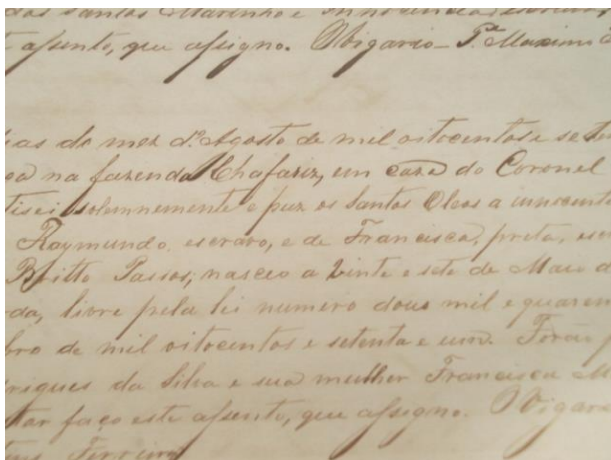
O primeiro batizado, como já foi mencionado, ocorreu na fazenda Chafariz, ao que consta, na casa do Coronel Pedro de Brito Passos. Ocasão em que foi batizado o inocente (innocente) Laurindo, filho natural de Francisca, escrava do mesmo Coronel. Sempre, em tais registros, destaca-se a Lei 2.040 que legitima a “liberdade” das crianças batizadas, seguido dos padrinhos sendo na maioria das vezes familiares do dono dos escravizados. Encontra-se também como padrinhos outros escravos, como por exemplo, no primeiro registro foram padrinhos Joaquim dos Santos Marinho, que não consta como sendo escravo, e Innocencia escrava. Uma outra observação acerca de tais registros é o fato de que os escravos mencionados, sendo pais ou padrinhos, não consta sobrenomes e sim a denominação de escravo.



**FOTO 03:** Primeiro registro de batismo do filho da mulher escrava. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca (PI).

A intitulação que os escravos recebem nesses registros revelam a pouca importância de suas famílias, sua origem e seu próprio nome (para a sociedade). Como por exemplo, no segundo registro, (lembrando que os referidos registros não são numerados) os pais da inocente batizada, Maria, sem sobrenome e sem adjetivos são denominados como: Raymundo escravo e

Francisca preta. Um dos poucos registros em que se encontra a presença ou o registro do pai com a mãe e não somente da mãe.



**FOTO 04:** Registro em que denomina os pais do inocente batizado como Raymundo escravo e Francisca preta. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca (PI).

<b>Presença Pai/Mãe</b>	<b>Batizados Realizados</b>	<b>Porcentagem</b>
Com a presença	184 Registros	94,8%

somente da mãe		
Com a presença somente do pai	0 Registro	0%
Com a presença de pai e mãe	10 Registros	5,1%
Ausência do pai e mãe	0 Registros	0%
<b>Total</b>	194 Registros	100%

**TABELA 04:** Registro de Batizados do filho da mulher escrava com a presença de Pai/Mãe da Paróquia Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca (PI), 1872-1881. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo.

Observa-se a ausência, nos registros, em sua grande maioria, da figura do pai. As mães quase sempre eram solteiras, levando-se em conta a nomenclatura apenas da figura materna ao registrar o batismo. Contudo, a doutrina da igreja católica, como ainda hoje, não efetiva o batismo de crianças em que os pais não sejam casados na igreja. Na época a aplicação dessa prescrição religiosa com certeza era bem mais rígida. Isso significa que, por



alguma conveniência de ambas as partes, proprietários de escravos e igreja, esses batizados eram realizados, ou ainda, pelo cumprimento da Lei do Ventre Livre, fato que provavelmente tenha sido uma aresta para uma rara exceção na doutrina da igreja. Ao que se observa, a referida Lei (2.040) era bem mais exigido o seu cumprimento do que se imagina.

Entre os anos de 1872 e 1881 podemos perceber, através dos registros de batizados, uma maioria de batizados de crianças do sexo masculino com um total de 117, o que representa 60,3% dos batismos realizados, e 77 crianças do sexo feminino, representando 39,70%.

<b>Ano</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total de batizados Por ano</b>
<b>1872</b>	0	0	<b>0</b>
<b>1873</b>	0	0	<b>0</b>
<b>1874</b>	19	25	<b>44</b>
<b>1875</b>	7	19	<b>26</b>
<b>1876</b>	8	12	<b>20</b>
<b>1877</b>	16	16	<b>32</b>
<b>1878</b>	8	6	<b>14</b>
<b>1879</b>	9	19	<b>28</b>

<b>1880</b>	8	10	<b>18</b>
<b>1881</b>	2	10	<b>12</b>
<b>Total por sexo</b>	<b>77</b>	<b>117</b>	<b>194</b>

**TABELA 05:** *Batizados dos filhos da mulher escrava no município de Piracuruca, (PI), entre os anos de 1872 e 1881 separados por ano e por sexo. Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo.*

Ao longo da estruturação (formação) do Livro que vai de 1872, com o termo de abertura, a 1881, com o visto final do bispo, percebe-se algumas mudanças em sua constituição, como por exemplo: Até o octagésimo oitavo (88º) registro encontra-se a definição do local onde foi realizado o batizado: sítio, fazenda, morada; bem como o proprietário desse local ou simplesmente da casa. O que não significa afirmar que o dono da casa era necessariamente o dono da propriedade, pois aparecem casos em que o batismo do filho da mulher escrava foi realizado na casa de um vaqueiro, como por exemplo, de um por nome Clarindo Rodrigues de Sampayo, no dia 15 de outubro de 1885. Na ocasião foi batizado o inocente Ludgeno, filho de Thomazia escrava do mesmo vaqueiro.

No caso do ritual ser realizado na igreja não aparece, é claro, o nome do proprietário(a) sendo que esta é de propriedade da mesma. Outro fato a ser observado nas mudanças é a omissão do dono da propriedade onde era realizado o batismo, antes destacado, passando a identificar apenas como sendo pertencente à freguesia, fato constatado a partir do registro 63 onde o batizado foi realizado na fazenda Taboleiro Grande no dia 20 de Janeiro de 1874, o inocente batizado tendo por graça (nome) Pedro, filho da escrava Ignacia de propriedade de Domingos Alves Viana.

Outra modificação ocorreu na troca da expressão inocente (innocente), ao se referir a criança batizada, pela expressão parvulo<sup>43</sup> que remete a condição de consciência da criança naquele primeiro momento de vida.

A respeito da cronologia, principalmente nos últimos registros, há uma variação significativa nas idas e vindas ao se registrar os anos dentro do espaço de 1872 a 1881. Essa não cronologia pode revelar, entre outras possibilidades, o fato dos registros terem sido primeiramente anotados em pequenos pedaços de papel, espécies de recibo e só depois o padre repassava para o livro e não ter

---

<sup>43</sup> O mesmo que tolo, inocente.

que andar de cima para baixo, pra lá e pra cá, carregando o referido livro. Isso ocorre ainda hoje quando o vigário sai da matriz, sede da paróquia, para realizar batizados ou outros sacramentos (crisma, casamento) em uma capela ou comunidade. Outra possibilidade acerca da não cronologia nos registros pode ter sido a pressa em organizar o livro, ou seja, passar das anotações em folhas avulsas para um livro oficial, por ocasião da visita do Bispo Diocesano, por nome Antônio, à freguesia de Nossa Senhora do Carmo realizada no dia 30 de setembro de 1882. Sendo que, conforme consta no próprio registro da visita do Bispo, no final do livro, tais livros não poderiam, como ainda hoje não podem ser considerados autênticos os arquivos paroquiais se não forem devidamente numerados e rubricados pela autoridade eclesiástica<sup>44</sup>, no caso o Bispo, na época Antônio, o qual não consta o sobrenome. Ainda no termo da visita, provavelmente escrito pelo próprio Bispo, o mesmo exige, inclusive com expressões no imperativo (mandamos) que a escrituração desses registros dos filhos de escravas seja igualmente feita no livro geral de batismos da paróquia, para o qual o Reverendíssimo Pároco (ou vigário) o transladará logo que estiverem escriturados, Ou

---

<sup>44</sup> Expressão oficial referente a representações da igreja católica.

seja, exige-se que estes registros dos filhos da mulher escrava estejam juntamente no livro daqueles que não são escravos. E este, logo que possível deveria ser trasladado (levado) pelo vigário. O escrito não especifica para onde o livro geral, contendo todos os registros, tanto de não escravos como dos filhos de escravos deveria ser levado. Muito provavelmente deveria ser trasladado (expressão que requer *muito cuidado* ao se levar algo) para a sede da Diocese, ou seja, a chamada Cúria Diocesana<sup>45</sup>.

E ainda, outra possibilidade que possa ter contribuído para a variação na cronologia dos registros pode ter sido o cansaço do vigário em registrar tantas vezes e tão repetidamente as mesmas expressões nos registros, e até mesmo a possibilidade de já está com a idade avançada gerando um certo cômodo.

Como já mencionado anteriormente algumas (ou muitas) dessas fazendas do município de Piracuruca pertenciam a Igreja. Com isso, encontra-se ainda, a partir do registro de ordem 63 a 86, por exemplo, o nome da fazenda, onde era realizado o batizado, e não mais o nome do proprietário da

---

<sup>45</sup> Secretária geral da diocese, encarregada da parte burocrática da igreja católica.

fazenda ou da casa e sim a expressão: *desta Freguesia*, provavelmente se portando ao pertencimento da fazenda, ou seja, tais fazendas pertenciam à igreja. Sendo que, o único proprietário que aparece é o da escrava(o).

### **3.2.3 O apadrinhamento dos batismos.**

Acerca do apadrinhamento das crianças batizadas, tanto poderiam ser padrinho ou madrinha pessoas livres, sendo estes cumpridores dos princípios cristãos, ou seja, batizados, crismados, e no caso de não serem solteiros deveriam ser unidos pelo sacramento do matrimônio e eram geralmente pertencentes às famílias “proprietárias” dos escravos pais da criança batizada. Ou, poderiam ser padrinhos os próprios escravos que residiam nas fazendas e demais locais onde eram realizados os batismos. Em determinadas ocasiões eram padrinhos um escravo e um livre, como por exemplo, no registro de ordem 30, em que foram padrinhos da inocente Marianna, Innocencio Rodrigues Pereira e a escrava, por coincidência também de nome Marianna. A

identificação do escravo na estrutura da escrituração dos registros é clara, além do escravo está denominado como tal, não se aplicam os sobrenomes.

Fato este, a possibilidade de escravos serem padrinhos, que se diferencia de outras regiões detentoras de escravos no mesmo período como Sul e Sudeste, por exemplo. Nessas Regiões citadas os apadrinhamentos não eram dados a escravos, mesmo por que, muitos escravos não preenchiam os requisitos impostos pelas da doutrina da Igreja. O que leva a crer que por esses lados a coisa era mais frouxa, ou seja, havia um certo domínio dos coronéis e políticos na exigência e cumprimento de suas vontades. A doutrina da Igreja Católica dizia, como ainda hoje, que só podiam ser padrinhos aqueles que tivessem uma vida pautada nos princípios cristãos da mesma, ou seja, deveriam ser batizados e não poderiam viver juntos com um companheiro desde que não fossem casados na Igreja, como já foi mencionado anteriormente.

No próprio visto do Bispo no final do livro de batismos por ocasião de sua visita à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, ele, o Bispo, recomenda que a escrituração dos registros possua além do nome dos batizados (crianças candidatas à vida

cristã por meio do Sacramento do batismo) o nome dos padrinhos que devem ser admitidos, ou seja, o nome daqueles que preencham aos requisitos mencionados. Os parinhos, além de uma exigência da Igreja, tinham muito mais do que hoje, uma atribuição social, no caso de falecimento dos pais ou de um dos pais ainda na fase de menoridade do afilhado o padrinho deveria assumi-lo como filho além de dá testemunho de uma vida cristã.

A escolha do apadrinhamento se dava, em sua maioria, por conta do proprietário dos cativos, nesse caso, eram sempre familiares ou amigos desses proprietários. Quando os cativos tinham liberdade para escolher os próprios padrinhos podiam se dá por dois critérios: um era a escolha de padrinhos do seu mesmo nível social, ou seja, outros escravos escolhidos por amizade e consideração pelo fato de partilharem da mesma situação cativa; E, quando escolhiam uma pessoa livre e geralmente de influencia social era com a esperança de que seus filhos se livrassem do cativo.

Havia ocasiões em que a criança a ser batizada era dada como afilhada à Santa, Nossa Senhora do Carmo, assim também acontecia em outros lugares. Fato este constatado no registro de ordem 73, em que foi batizada a inocente



Margarida, filha natura da escrava Isabel, tendo como padrinhos Antônio Martins Lima e Nossa Senhora do Carmo. Já no registro seguinte, fato único encontrado no livro, só há o nome do padrinho e incompleto: Francisco de Tal. Provavelmente houve alguma falha que levou a perda da anotação antes de transcrevê-lo para o livro.

<b>Local/Ano</b>	<b>Inocente Batizado</b>	<b>Pais escravos</b>	<b>Padrinhos</b>
Fazenda Alto-Formozo. Freguesia de N.S do Carmo. 30/07/1876.	Margarida	Isabel – Esc. do Capitão Ant. José de Mello.	Antonio Mathias Lima e por devoção <b>N.S. do Carmo.</b>

**TABELA 06:** Registros do filho da mulher escrava em que a madrinha foi Nossa Senhora do Carmo. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de N.S. do Carmo de Piracuruca (PI).

Entre os 194 registros de batismo, 32 contém padrinhos escravos, ou seja, 16,4%. Podendo ser, nesse caso, tanto o padrinho como a madrinha

escravos, o padrinho livre e a madrinha escrava ou o padrinho escravo e a madrinha livre.

<b>Apadrinhamentos</b>	<b>1871 - 1881</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Padrinho e madrinha livre</b>	162	83,5%
<b>Padrinho escravo e Madrinha escrava</b>	10	5,1%
<b>Padrinho livre e Madrinha escrava</b>	11	5,6%
<b>Padrinho escravo e Madrinha livre</b>	11	5,6%
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>100%</b>

**TABELA 07:** Apadrinhamento dos filhos da mulher escrava. **Fonte:** Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca (PI)

Entre os padrinhos escravos ou livres, já mencionados, há uma escrituração de um apadrinhamento em que os padrinhos Marcos e Carlota são denominados como livres. Contudo, bem como os escravos, não consta seus nomes

completos. Na ocasião foi batizado o inocente Manoel, filho natural de Germana, escrava do fulano de tal Capitão José Joaquim da Silva Rabello. O referido Sacramento foi realizado no dia dezessete de março de mil oitocentos e oitenta e quatro.

### **3.2.4 Registros de falecimento de escravos.**

Como já mencionado anteriormente acerca dos registros<sup>198</sup> encontrados, 04 são de falecimento. Além do padrão na estrutura dos registros, um outro fato que chama a atenção é o diferencial na cor mais escura das folhas onde estão contidos tais registros em relação aos de batismo. Os referidos registros se encontram nas ultimas folhas e com o visto do Bispo Diocesano de então (Dom Antonio), assim como nos registros de batizados.

O primeiro registro de óbito é datado do dia vinte e três de janeiro de mil oitocentos e setenta e três, se refere ao *falecimento da vida presente* (expressão do próprio registro) de Amélia, uma criança de apenas nove dias de vida, a causa da

morte não é mencionada, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo. A nomenclatura da Freguesia em relação à sua padroeira variava de acordo com o redator, podendo ser um secretário ou o próprio Vigário que utilizavam hora a intitulação Nossa Senhora do Carmo, hora Nossa Senhora do Monte Carmelo ou Nossa Senhora do Monte do Carmo. A referida criança falecida era filha de Ephigenia preta (adjetivo característico de documentos da época), escrava de dona Joanna Maria de Moraes. O registro é concluído com a afirmação da liberdade da criança de acordo com a Lei 2.040 e a assinatura do Vigário de então, Maximo Martins Ferreira.

Os registros de falecimento não seguem um padrão na sequência das informações como se observa nos de batismo. Por exemplo, já no segundo registro a ordem das informações diverge do primeiro. Seguido da data do falecimento e do nome da criança falecida, Pedro (como sempre sem sobrenome) segue-se a Freguesia (N. S. do Monte do Carmo), a idade do inocente – um ano (anno), em seguida a referida Lei que justifica a liberdade e muito provavelmente somente a partir de então a inscrição de tais registros foram feitos; E só após vem a filiação, sendo *filho natural* de

Filippina, escrava do Major Benício José de Moraes e a conclusão convencional (assinatura do vigário).

O registro seguinte (terceiro) segue o mesmo padrão do anterior, o qual consta o falecimento de Filomena, de onze meses, filha de Rosa, escrava de José Narciso da Rocha. Sendo que este registro, conta com a informação de que o corpo da criança foi vestido de braço e sepultado no cemitério público da vila (Villa). Esse registro é datado do dia vinte e seis de fevereiro de mil oitocentos e setenta e cinco, ou seja, cerca de dois anos após o anterior. Fato que evidencia a pouca frequência na assiduidade de se registrar os falecimentos, tendo em vista que a mortalidade infantil tinha um índice bem elevado na referida época.

O quarto e último registro consta o falecimento de Satyno. Não consta sua idade. Ocorrido no dia vinte de julho de mil oitocentos e setenta e seis, sendo natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barras; filho de Isabel, escrava do Capitão Antonio José de Mello. Consta ainda que seu corpo foi vestido em um pano (panno) branco e sepultado no cemitério da fazenda Alto Formoso desta freguesia, ou seja, da Piracuruca.

O que há em comum entre todos os registros, sendo de batismo ou de falecimento é a menção à liberdade, *livres pela lei numero dois mil e quarenta de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um*, e ainda, a condição escrava da mãe (raríssimas vezes pai e mãe e nunca somente o pai) e o nome do proprietário ou proprietária dos escravos.

Para uma melhor compreensão e devidas conclusões acerca do Livro de Registro de Batismo dos filhos da mulher escrava do Município/Freguesia de Piracuruca, (PI), foi necessário uma espécie de catalogação dos 194 referidos registros de batistério especificando e separando graficamente por local de realização, data, proprietários dos lugares, no caso do Sacramento ter sido realizado em propriedades particulares. As crianças batizadas e seus devidos pais, sendo estes escravos, bem como o nome de seus proprietários. Abaixo segue um modelo composto pelos 10 primeiros registros dos 194 catalogados:

<b>OR D.</b>	<b>LOCAL/FAZ ENDA</b>	<b>PROPRIET ÁRIO</b>	<b>INOCE NTE</b>	<b>ESCRAVO (A)</b>
01	Chafariz. 29/08/1874	Cor. Pedro de Brito Passos	Laurindo	<b>Francisca</b> (Esc. do Cor. Pedro

		(escrava e casa/fazenda)		de Brito Passos)
02	Chafariz. 29/08/1874	Cor. Pedro de Brito Passos (escrava e casa/fazenda)	Maria	<b>Raimundo escravo e Francisca preta</b> (Esc. do Cor. Pedro de Brito Passos)
03	Taboleiro Grande. 01/09/1874	Cap. Antonio de Brito Passos	Lino	<b>Domingos e Josephina</b> (Esc. do Cap. Ant. de Brito Passos)
04	Jacarahy de Cima. 04/09/1874	Antonio Damaceno	Domingos	<b>Eugenia</b> (Esc. de José Ant. Damasceno)
05	Tinguis. 07/09/1874	Major Domingos Machado de Ciqueira	Lucinda	<b>Camilla preta</b> (Esc. do Major Domingos Machado de Cerqueira)

06	Tinguis. 07/08/1874	Maj. Domin gos Machado de Ciqueira	Maria	<b>Raymund a</b> (Esc. do major Domingos Machado de Cerqueira)
07	Poços. 11/09/1874	Celedonio Machado de Cerqueira (da escrava)	Martinh a	<b>Mechilina</b> ( Esc. de Celedonio Machado de Cerqueira)
08	Veremos. 12/09/1874	Ant. José de Fontenelle (da casa), Theodora Pereira de Oliveira (da escrava)	Doming as	<b>Jorgina</b> (E sc. de Theodora Pereira de Oliveira)
09	Ladino. 23/09/1874	Felippe Gomes da Silva (vaqueiro- dono da escrava)	Maximin iano	<b>Luzia preta</b> ( Esc. de Felippe Gomes da Silva)
10	Varzea Redonda. 02/10/1874	Fran. Rebello de Araujo (da	Francisc o	<b>Joanna,pr eta</b> (escrava



		casa)		de Gil Fran. Do Rego)
--	--	-------	--	-----------------------------

**TABELA 08:** Tabela demonstrativa composta de 10 dos 194 registro de batismo dos filhos da mulher escrava. **Fonte:** Arquivo pessoal, conteúdo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, (PI).

### 3.3 Os efeitos e a notícia da Abolição da escravatura no município de Piracuruca.

Era bem certo que as notícias chegavam por essas bandas já com atraso em relação aos grandes centros urbanos do Brasil oitocentista, mesmo por que Piracuruca ficava a muitos quilômetros distante da Capital do País e os meios de comunicação e transporte eram escassos e precários. Mas, assim mesmo ainda chegavam revistas e jornais. E por estes meios a população interessada no assunto e letrados, ficavam sabendo das estripulias, tramóias e atrocidades contra escravos bem como as lutas pela abolição. Uma dessas notícias que chegaram por aqui foi a consolidação da abolição que já era esperada por alguns, mas não contavam que esta ainda fosse acontecer no corrente ano devido às notícias que corriam de que o Brasil ainda era um país jovem e precisava da mão-de-obra escrava para alavancar

a economia. O que não passava de campanhas contra a abolição e conseqüentemente contra a consolidação da República ocorrida um ano depois.

Voltando a notícia da abolição da escravidão, quando esta chegou aqui não consta nenhum ocorrido que possa ter marcado esta data de forma contundente, a não ser, segundo a Senhora Maria do Carmo Fortes de Brito em seu livro Remexendo o Baú, houve uma festa em comemoração a este fato, de certo que tempos depois, não se sabe ao certo quando. Essa festa teria ocorrido em uma casa, a qual não existe mais como tal, ao lado de onde é hoje a atual casa paroquial, próximo à igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo e ao lado da praça Irmãos Dantas. A informação dessa festa foi dada, segundo a mesma, fornecida pelo Coronel Luiz de Brito que viveu naquele tempo.

Tenho o prazer de comunicar-vos que a 13 de maio do corrente ano, foi sancionada a Lei que extinguiu a escravidão no Brasil, satisfeito assim um dos mais justos reclamos da consciência nacional. As entusiasmadas manifestações do regozijo popular que saudaram nesta capital tão importante acontecimento traduziam bem

significativamente o interesse que os piauienses ligavam a realização dessa idéia sympáthica e generosa. (PIAUI, 1888).

Contudo, os escravos não abandonaram seus donos, mesmo porque há vestígios do trabalho doméstico até meados do século XX. Onde, as famílias classificadas como da alta sociedade piracuruquense, as mesmas detentoras de escravos encontradas nos assentos de batismos dos arquivos da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, usavam dessas pessoas para que lhes prestassem serviços, não muito diferentes daqueles prestados antes da abolição.

Muitos escravos não deixaram seus antigos senhores, principalmente as pretas velhas, muitas delas mães de leite dos senhozinhos, os escravos de confiança das famílias e as mucamas como eram chamadas as escravas solteiras que trabalhavam dentro dos casarões diretamente ligadas à dona da casa e às filhas solteiras de seus proprietários. (BRITO, 2003, p.54)

### **3.4 Piracuruca inserida no contexto nacional do “controle de escravos”.**

Acerca da resistência do Império em conceber a abolição foram criadas várias estratégias com a finalidade de prolongar o sistema escravista no Brasil. Um exemplo foi a criação do Decreto de nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, cujo título era: “Classificação dos Escravos”. Usando a justificativa do controle da Província e do Império sobre os escravos, alegando impedir a importação e o tráfico interno de escravos. Com isso os escravos existentes na Província deveriam ser catalogados anualmente e os Conselhos Municipais ou das vilas eram responsáveis por tal tarefa. De certo que, muitas vezes essa catalogação era falha, pois colocavam vistas grossas na contagem do número de escravos. Por isso não haver uma exatidão na quantidade de escravos nesta e nem em outras Vilas e Municípios por aí fora.

Esta constatação fundamenta-se com um ofício dirigido ao Presidente da Província, o Ilmo. Exmo. Senador Dr. Gervásio Cícero Albuquerque de Mello, em 1874, expedido pela Presidência do Conselho Municipal de Piracuruca remetendo a

cópia da classificação dos escravos da Piracuruca e consequentemente mostrando o compromisso do referido Conselho com a causa escravista. O Conselho Municipal de Piracuruca para o controle de escravos era composto por Domingos de Britto Passos, José Antonio de Carvalho e Antonio Machado de Cerqueira.

Presidência do Conselho Municipal de Piracuruca. Exmo. Senr. Em cumprimento ao dispositivo do artigo 33 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872, esta Junta tem a honra de remeter a V. Exea a cópia da classificação dos escravos deste município. Deos Guarde a V. Exea. Sala das Sessões da Junta de Classificação de Escravos em Piracuruca, 20 de março de 1874. Ilmo. Exmo. Senr. Dr. Gervásio Cícero Albuquerque Mello Digno Presidente desta Província. Domingos de Britto Passos, José Antonio de Carvalho, Antonio Machado de Cerqueira. (PIAUÍ, CAIXA: 150)



**FOTO 05.** Foto da caixa onde estão documentos oficiais referentes á escravidão em Piracuruca, no Arquivo Público do Estado do Piauí em Teresina. **Fonte:** Arquivo Pessoal.

Muito provavelmente por esse motivo os registros de batismo só passaram a ser feitos em 1874 por exigência desse controle, levando em conta a parceria entre o Poder Administrativo e a Igreja. Fazendo assim do Sacramento do Batismo um controle de crianças filhas de escravos e por consequência um controle também dos escravo adultos.

### **3.5 Os personagens da escravidão em Piracuruca: Histórias e Estórias.**

Dentro da nova visão historiográfica e da construção histórica nas várias temáticas e concepções as figuras, personagens e pessoas, antes implícitas, começam a tomar forma e compor o cenário histórico do qual são as figuras centrais. Acerca da temática da escravidão não é diferente. Isso fica claro na obra *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (c 1822-1853, de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J.M de Carvalho, em que o referido personagem narra a sua trajetória e experiências vividas em Recife, a partir de 1853, quando o mesmo foi acusado de articular uma insurreição escrava. Ocasão em que Rufino José Maria foi preso como principal suspeita. Rufino vivia de adivinhar e tirar feitiços, logo foi chamado de vadio e velhaco pela imprensa local.

Rufino foi criteriosamente interrogado pela polícia local, pois temiam influencia sobre a comunidade africana. Versátil nos conhecimentos do Corão<sup>46</sup> e fluente em árabe, narra desde sua

---

<sup>46</sup> Livro sagrado do Islamismo ou mulçumanos.

captura no interior da Nigéria, sua alforria em Porto Alegre, bem como sua passagem Salvador e Rio de Janeiro. Seu surpreendente depoimento acaba sendo divulgado em um jornal do Rio de Janeiro e lhe rendendo fama nacional.

A polícia por cautela, conserva preso este pobre homem, ao que parece sinceramente piedoso, e que por hora só tem contra si o saber ler e escrever uma língua desconhecida. Antes de começar ele parecia estar inteiramente concentrado, dava ares de indiferente ao que junto dele se dizia, e pelo leve mover de seus lábios mostrava que rezava; toda vez porém que se dizia alguma coisa em desabono de sua crença, ou alguém ria-se de seus escritos, via-se bem que ele já não podia guardar essa indiferença, e lia-se na fisionomia sinais de uma aflição concentrada.(REIS, 2010, p.375)

Em Piracuruca, bem como em outras regiões do Brasil afora, apresentam-se personagens que deixaram sua marca, seja na história ou em



estórias<sup>47</sup> que o povo conta. Uma das figuras mais folclóricas, por assim dizer, de figuras negras presente na história de Piracuruca é o negro conhecido como velho Meruóca que era contratado especificamente para matar formigueiros, um dos poucos que ficou na memória remanescente de Piracuruca por sua conduta e atribuição bizarra. Um outro personagem citado por Jurani Machado Bitencourt, assim como o velho Meruóca, foi o jovem negro Antônio Crioulo conhecido por correr incansavelmente e várias vezes ao dia entre a vila da Piracuruca e a Casa-Grande<sup>48</sup> da fazenda levando e trazendo recados e demais formas de mandados. Ao que conta o referido negro era escravo de dona Ana Maria de Cerqueira, e ainda, este fiel escravo, Antônio Crioulo, teria morrido jovem devido ao grande esforço físico que fazia diariamente no cumprimento de suas atribuições impostas por sua dona.

As pretas, como eram chamadas as escravas, fato constatado nos registros de batismo ao se referir às mães dos inocentes batizados após a Lei do Ventre Livre, eram destinadas aos trabalhos domésticos e raríssimas vezes eram

---

<sup>47</sup> Histórias populares ou folclóricas sem provas documentais.

<sup>48</sup> Terminologia empregada apenas no século XIX, para designar a morada dos senhores de escravos.

vendidas pelo fato de conhecerem a fundo o cotidiano e a vida de seus senhores e assim não contassem aos outros os fatos ocorridos nas casas-grandes e nas fazendas.

Consta ainda a existência de uma casa, hoje em ruínas, lá pelas bandas das Sete Cidades, próximo ao chamado Morro do Bom Gosto, onde de acordo com os vestígios lá encontrados muito provavelmente tenha sido construída e utilizada para abrigo/morada dos escravos que moravam por lá. Nos registros de batismo dos filhos da mulher escrava, já tratados anteriormente, o registro catalogado de ordem 78 consta um batizado realizado em uma fazenda por nome Bom Gosto, contudo, não consta o seu devido proprietário, apenas a definição como sendo pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Não se sabe ao certo se a escrituração se refere como sendo esta propriedade pertencente à igreja ou pertencente ao seu território, ou seja, à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

Dentro dessa perspectiva de valorização do indivíduo, fora do seu grupo ou classe social pode-se citar ainda, por exemplo, o livro: *Rebelião Escrava no Brasil: História do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis, 2003, em que trata do depoimento dos escravos presos, além dos

inúmeros documentos encontrados sobre a referida Revolta e suas consequências e repercussões dentro do Brasil Imperial. A descrição sobre a formação, características, atuação da comunidade mulçumana, a organização do trabalho, a vida cotidiana e a experiência dos africanos com a escravidão urbana revelam uma nova visão sobre os fatos ocorridos no decorrer do século XIX.

Os africanos enchiam as ruas da cidade, trabalhando ao ar livre como artesãos, lavadeiras, alfaiates, pedreiros carpinteiros, estivadores, carregadores de cargas e de cadeira de arruar. (REIS, 2003, p.351).

Em Piracuruca foi(é) assim, Terra que construiu, reconstrói e ainda constrói sua História, Terra dos Irmãos Dantas, de Nossa Senhora do Carmo, de Marias do Carmo. Terra que encanta. Terra de História e Estórias contadas e Histórias perdidas, História esta que não ficou mais em branco, nem entre os “brancos”, apesar de sua “História Negra” que ficou na obscuridade e nos gritos abafados de Liberdade, mas que hoje desbrava os grilhões da escuridão de um passado ainda presente.



## CONCLUSÃO

A escolha da temática: Escravidão, para a construção desta monografia, se dá a partir de motivações e interesses pelo assunto em questão, tanto em níveis gerais, como contribuir para a construção da história local, no caso, no município de Piracuruca, ao Norte do Piauí.

Com isso, as pesquisas, o levantamento de fontes e dados no decorrer dos estudos acadêmicos foi encaminhando para a devida delimitação do tema em questão, dentro do tempo e do espaço, baseado nas fontes disponíveis ao alcance da pesquisa no município e sobre o município. O trabalho foi apoiado em estudos bibliográficos e historiográficos, já citados anteriormente, acerca da escravidão no Brasil e sua expansão dentro do território chegando a atingir as Províncias e Vilas do Império do Brasil oitocentista, no qual se baseia cronologicamente a pesquisa de acordo com as especificidades e disponibilidade de fontes.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o objeto de estudo, foi escolhido o recorte temporal de 1871 a 1881, não

por acaso, mas por ser o período de maiores evidências de fontes documentais na cidade de Piracuruca. Fundado também, é claro, na historiografia recente, baseada na Nova História Cultural e Social, assim dando vida a tais figuras (os escravos), como o seu cotidiano, suas experiências, sua vida social, cultural e limitações devido a sua situação de cativo.

O foco principal do trabalho, a escravidão em Piracuruca, foram identificados dados estatísticos e comparativos em meio a outras cidades da Região, entre as quais, muitas delas, na época pertenciam territorialmente ao município de Piracuruca. Se utilizando, para tanto, de pesquisas baseadas em fontes do Arquivo Público do Piauí, da historiografia local, mas sobretudo, da fonte mais contundente que registra a representação da escravidão no referido município que é o Livro de Registros de Batizados dos filhos da mulher escrava, o qual, foi base para a delimitação do recorte temporal deste trabalho, que se inicia com a Lei nacional 2.040, a famosa Lei do Ventre Livre, sancionada no dia 28 de setembro de 1871 cujo os registros do livro se estendem até 1881. A partir desse levantamento e catalogação do referido livro foi possível levantar dados como a situação social dos cativos, quais eram seus nomes, quem eram seus proprietários,

as principais famílias detentoras de escravos, os locais onde os batismos eram realizados, o apadrinhamento de tais crianças e os demais aspectos corriqueiros de uma Vila desse período. Tratando ainda, referente ao livro, de óbitos de crianças filhas de escravos e a maneira e o local onde essas crianças foram sepultadas.

Tratando, por ultimo, do cenário político da escravidão na cidade de Piracuruca em relação aos preâmbulos das leis do Império, da Província do Piauí e a atuação e repercussão de tais leis e decretos por aqui. Bem como os efeitos das notícias da abolição por essas bandas e os personagens da histórica Vila de Piracuruca na segunda metade do século XIX, às vésperas da “abolição” da escravidão, da Proclamação da República e de um novo século.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, Angela Viana. **Dicionário Histórico: Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

BRANDÃO, Tânia Maria. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRITO, Maria do Carmo Fortes de. **Remexendo o Baú: pesquisa histórica sobre a nascerça, a evolução política e social de Piracuruca**. Piripiri, PI: Gráfica e Editora Ideal, 2003.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELNAU, Francis de (org). **Entrevista com escravos africanos na Bahia oitocentista 1812-1880**; tradução Marisa Murray. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.



COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: Global, 1997.

COSTA, Lenira Lima da. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888**. Dissertação [Mestrado em História]. Pernambuco: CFCH/UFP, 2007.

CHAVES, Monsenhor. **Obras completas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita da história**. São Paulo: Editora UNESPI, 2002.

CRUZ, Tereza Cristina de Carvalho. **As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes**. Florianópolis: PerCursos, 2007.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

\_\_\_\_\_. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FEBVRE, L. **Combates da história**. Paris: A.Cotim, 1965.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Globo, v.1, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano (org). **A era da escravidão**. Rio e Janeiro: Sabin, 2009.

\_\_\_\_\_. **Raízes africanas**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, 2006.

HILL, Pascoe Grenfell. **Cinquenta dias a bordo de um navio negro**; tradução Marisa Murray. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

JOHANN, Karine. **Escravidão, criminalidade e justiça no sul do Brasil: tribunal de relação de Porto Alegre (1874-1889)**. Dissertação [Mestrado em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)**. Passo Fundo: UFP, 2005.

LOTT, Mirian Moura. Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839. Depto de História, FAFICH/UFMG, Mimeo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. Comunicação apresentada no II Simpósio internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas.** Organizado pela Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados – MS, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luzia. **Os registros Paroquiais e a História do Brasil.** Várias Histórias, nº 31, janeiro 2004.

\_\_\_\_\_. **Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil.** In: Anais da História, Assis, 1983. n.2.

MONTEIRO, Antônio. **Notas sobre negros malês na Bahia.** Salvador, BA: IAMANÁ, 1987.

MOTT, Luiz R.B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

MOURA, Clovis. **O escravo: de bom escravo a mau cidadão.** Rio de Janeiro: Conquista, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2004.

NOGUEIRA, Marilene. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial, v. 1,2,3, 1996.

PEREIRA, Jurani Machado Bitencourt. **Apontamentos históricos da Piracuruca**. Teresina: COMEPI, 1989.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

QUEIRZ, Teresinha. **Família e economia: um estudo dos inventários e testamentos paulistas dos meados do século XVII**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

QUEIROZ, Terezinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3 ed. rev. / Teresina: EDUFPI, 2006.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcos J.M. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c. 1822-c.1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Alberto da Costa; SOUZA, Francisco Félix. **Mercado de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: EduERT, 2004.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor, identidade étnica, religiosa e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Talita Marjorie Lira. **Filhos do Sol do Equador: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX.** Dissertação. [Mestrado em História]. Teresina: PPGHB/UFPI, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-abolição.** São Leopoldo: Oikos, 2008.

WERNECK, Chistianne L.G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG/Celar, 2000.

### **Revistas:**

BARMAN, Roderick J., Dossiê Princesa Isabel: As duas faces de uma princesa, **Revista de HISTÓRIA**

da **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 80, p. 16-21, maio. 2013.

CARVALHO, Marcus J.M., Versos Negros, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 24-25, março. 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa, Samba, berimbau e caxumba, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p. 36-39, março. 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro, Escrava por (falta de) opção, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 22-23, março. 2010.

DEURSEN, Felipe Van. Povo marcado. **Aventuras na História**, São Paulo, n.70, p. 30-38, maio. 2009.

FARIAS, Julian Barreto. Senhora de si, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 18-19, março. 2010.

FARIA, Sheila de Castro, Alforriadas e poderosas, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p. 26-29, março. 2012.

GARCIA, Bruno; SANTS, Joice; ELIAS, Rodrigo, Entrevista: A escravidão está por todos os lados (Paul Lovejoy), **Revista de HISTÓRIA da**

**Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p. 40-45, março. 2012.

GRINBERG, Keila, Crioulos no tribunal, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 26-27, março. 2010.

LIMA, Vivi Fernandes, Trabalho Indecente, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 30-31, março. 2010.

MACHADO, Maria Helena P.T; GOMES, Flávio, Outros poderes, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 28-29, março. 2010.

REIS, João José, Raízes do Islã, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p. 30-35, março. 2012.

SILVA, Alberto da Costa, Muitas Heranças, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p.16-21 , março. 2012.

SOUSA, Marina de Melo, Sangamentos e congalias, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, p. 22-25, março. 2012.

VAINFAS, Ronaldo. Cartada Final, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 20-21, março. 2010.

VAINFAS, Ronaldo, Isabel, a redentora, **Revista francesa HISTÓRIA**, São Paulo, Ano IX, n.115, p.62-67, abril. 2012.

VAINFAS, Ronaldo, Dossiê Jesuítas: O bom Combate, **Revista de HISTÓRIA da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 81, p. 14-19, junho. 2013.

### **Fontes:**

#### **Arquivo Público do Estado do Piauí.**

Caixa 150 – Série: Município, subsérie: Piracuruca, anos:1867-1873-1874-1875-1876-1877-1878.

Caixa 151 – Série: Município, subsérie: Piracuruca, anos: 1871-1888.

#### **Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca.**



Livro de registro de batismo dos filhos da mulher  
escrava 1874-1876.

